



**COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO
DA REGIÃO DO
ALGARVE**

**ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
PARA A REGIÃO DO ALGARVE
(2000-2006)**

Dezembro 2000

Índice

Introdução	1
I – Estratégia de desenvolvimento regional	4
1. Apresentação	4
2. Estratégia de Desenvolvimento Regional	5
2.1. Objectivos estratégicos de desenvolvimento	6
2.2. Domínios de intervenção	10
2.3. Componente institucional	12
II - Balanço sumário dos recursos e dinâmismos revelados pela Região	14
1. Especialização regional - características e evolução recente.....	14
2. Desenvolvimento regional: orientações e níveis de absorção de recursos	19
3. Recursos humanos e Competências regionais	25
4. Território e Ambiente.....	30
4.1. Organização territorial - uma visão de síntese	30
4.2. Ambiente, valores naturais e biodiversidade	35
III - Condicionantes, factores de mudança e perspectivas de desenvolvimento	42
IV - Eixos estratégicos de desenvolvimento	48
1. Configuração de uma estratégia de desenvolvimento para o Algarve na viragem para o século XXI.....	48
2. Desenvolvimento estratégico da base económica - o desafio da especialização.....	50
3. Recursos Humanos e competências regionais	64
3.1. Opções de desenvolvimento regional e efeitos sobre o emprego	64
3.2. Eixos-chave de criação de competências	65
4. Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.....	69
4.1. Organização do território	69
4.2. Estruturação e qualificação do sistema urbano	71
5. Integração territorial e coesão social.....	73
6. Domínios de Intervenção.....	74
6.1. Espaços rurais, valores naturais e biodiversidade	74
6.2. Infra-estruturas de base	77
6.3. Espaços urbanos e Equipamentos educativos, sociais e culturais	86
V - Enquadramento institucional e de modelo de gestão e acompanhamento ..	90

INTRODUÇÃO

A economia e a sociedade do Algarve registaram nas últimas três décadas uma transformação acentuada com reflexos no perfil de especialização económica e de ocupação de activos, mas também com incidência no padrão de ocupação territorial. Estas duas dimensões da mudança (especialização económica e modelo territorial) encontram-se indissoluvelmente ligadas nas suas virtualidades e limitações, não obstante ao longo daquele período nem sempre se ter registado uma relação virtuosa.

Quando se avaliam, mesmo de forma genérica, as políticas de desenvolvimento e ordenamento da Região do Algarve observa-se um desfasamento acentuado entre as intenções e objectivos procurados e as dinâmicas de evolução ocorridas. Para tanto concorreram, sobretudo, as tendências pesadas de estruturação das actividades turísticas e imobiliárias, segundo um padrão de crescimento que contribuiu para reforçar o peso relativo destas actividades no emprego e no produto regional e fez alastrar as zonas com ocupação turística.

Esse crescimento não foi, no entanto, acompanhado de uma função reguladora dinamicamente ajustada à ampliação de efeitos e vantagens sobre a economia da Região e sobre o seu modelo territorial de desenvolvimento. São exemplo disso: o atraso no lançamento e na conclusão de importantes infraestruturas nos domínios das acessibilidades e do ambiente; a insuficiência dos investimentos públicos estruturantes para a melhoria da qualidade e para a diversificação da oferta turística (nomeadamente para reduzir a sazonalidade); e as tendências de utilização dos sistemas de incentivos que, por razões várias, inibiram a ocorrência de maiores benefícios para os promotores regionais e para a Região.

Também o sistema de relações institucionais e o modelo de gestão dos fundos estruturais, em que prevaleceram processos de decisão verticalizados e dependentes das tutelas sectoriais, não facilitaram uma adequada coordenação regional das actuações, nos domínios do ordenamento do território e do desenvolvimento regional, nem uma eficaz territorialização dos objectivos das políticas e dos programas sectoriais nacionais.

Numa fase em que se prepara uma nova (e última) intervenção dos fundos estruturais para a Região no âmbito do Objectivo 1, é necessário desenvolver, ao nível do enquadramento estratégico e da programação de actuações, uma atitude que vá no

sentido de assegurar mecanismos de regulação positiva em diferentes domínios (ordenamento de território, infra-estruturas e equipamentos, sistemas de incentivos e sub-sistemas de formação escolar e profissional), regulação positiva essa que se revele uma mais-valia enriquecedora da afirmação da capacidade competitiva do Algarve.

A aposta na competitividade económica regional, centrada no complexo de actividades do turismo/lazer, tem presente a necessidade de ampliar os efeitos sobre o emprego e o valor acrescentado no Algarve e a certeza de que esse desiderato só é alcançável se a Região souber construir uma base económica mais sólida que, simultaneamente, reduza o desfasamento entre a oferta e a procura locais e enriqueça a actividade das empresas e das organizações com os valores da qualidade e da inovação, para os quais conta com competências regionais, nomeadamente a partir da Universidade.

O aprofundamento da competição económica entre territórios, na procura e acolhimento de mais e melhores investimentos e fluxos de visitantes, coloca a competitividade territorial no âmago da definição de opções estratégicas de desenvolvimento para o Algarve, cabendo à região enfatizar os seus recursos de excelência e reivindicar a fixação de outros recursos que contribuam para reforçar a sua atractividade.

Competitividade Territorial

Na fase actual, as cidades e as regiões têm necessidade de desenvolver estratégias de afirmação positiva que as ajudem a combater a perda de influência com que se deparam no contexto dos sistemas urbano-regionais (nacional, europeu e mundial).

A competitividade territorial assenta: por um lado, na capacidade de valorizar recursos existentes (naturais e construídos) e recursos ligados à identidade histórica e humana; e, por outro lado, na capacidade de atrair e fixar novos recursos que, globalmente ampliem os argumentos próprios na competição face a outros territórios, pela captação de investimentos e de pessoas.

A (re)construção de vantagens competitivas visa oferecer respostas sólidas a tendências de realocação de actividades económicas, de fluxos de visitantes e de novos residentes, muito marcadas pela liberalização das relações económicas internacionais, liberalização esta acentuada pela realização do mercado interno europeu, pelo reforço da mobilidade propiciada pelas telecomunicações, pela redução dos custos de transporte e pelos novos serviços.

Para a construção das condições favoráveis à competitividade do território, concorrem não apenas factores económicos mas, cada vez mais, a dotação de recursos procurados pelas empresas, pelas famílias e pelos indivíduos: estabelecimentos escolares e de formação, centros de investigação e desenvolvimento, serviços avançados às empresas e serviços de proximidade, telecomunicações, equipamentos e manifestações culturais, equipamentos de saúde, ambiente urbano e qualidade de vida.

O desafio da competitividade territorial deve, todavia, andar de par com as exigências de reforço da coesão social, assegurando a partilha dos resultados económicos gerados nos sectores com maior capacidade de valorização de mercado. Esta partilha deve ocorrer num contexto de solidariedade territorial, objectivo que no Algarve significa antes de mais conceber intervenções consistentes para sustentar o mosaico de actividades do mundo rural.

Para além do litoral, nas zonas do Barrocal e da Serra não só se expressam alguns dos principais valores naturais e de equilíbrio social da Região, como também se reúnem recursos e capacidades produtivas com relevo para a estratégia regional e susceptíveis de assegurar o limiar de população e de actividade indispensáveis a uma recomposição da oferta turística e de lazer regional, variável nuclear da estratégia de desenvolvimento do Algarve.

A estratégia de desenvolvimento regional reflecte, paralelamente, níveis de articulação acentuada com as opções delineadas para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), nomeadamente, pela relevância atribuída, desde logo ao complexo de actividades do turismo e do lazer, mas também às actividades do *cluster* florestal e do *cluster* habitat/construção, seleccionados no PNDES como *clusters* tradicionais em que nos próximos anos devem ocorrer mudanças nos factores de competitividade e uma clara ascensão na cadeia de valor.

I. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. APRESENTAÇÃO

O desenho de uma Visão Prospectiva para a Região do Algarve no horizonte 2000-2006 é um exercício que tem a complexidade inerente aos exercícios de reflexão estratégica em contextos de acentuada incerteza, como o actual, em que as variáveis de ajustamento aos fenómenos e tendências mais pesadas (globalização, consolidação da União Económica e Monetária, alargamento da União Europeia a Leste e redistribuição dos fundos estruturais,...), não se encontram ainda suficientemente amadurecidas.

Em face dos desafios da competitividade económica e da coesão social que são, em última análise, o palco maior dos debates preparatórios do III Quadro Comunitário de Apoio, a qualidade do ajustamento estrutural vai depender dos comportamentos a médio prazo de dois grandes vectores: (i) as *dinâmicas externas*, com impacte sobre a evolução do posicionamento geo-estratégico da Região, nomeadamente das suas actividades de especialização; (ii) as *dinâmicas internas*, resultantes da gestão e desenvolvimento dos recursos do território, dos recursos produtivos, dos recursos humanos e do poder de iniciativa dos agentes, bem como da capacidade de organizar e mobilizar esses recursos em torno de objectivos e programas de actuação concretos.

Para o exercício que a Comissão de Coordenação da Região do Algarve tem em mãos, este entendimento significa fazer evoluir a reflexão estratégica em torno de quatro grandes patamares articulados entre si:

- (a) **Compreensão clara dos recursos e dinamismos revelados pela Região**, no duplo sentido: (i) de balancear os erros e as virtualidades do percurso seguido (nomeadamente quanto às capacidades endógenas de atracção, absorção e orientação de recursos); e (ii) de valorizar as capacidades/competências existentes e atraíveis, face às tendências de afectação de recursos e de localização de actividades que marcarão os tempos futuros, no horizonte do PNDES (2000-2006) (*CAPÍTULO II*);
- (b) **Visão de condicionantes, factores de mudança e desafios**, no sentido de antever o perfil de evolução das principais variáveis de enquadramento de uma Região cuja localização periférica é, ainda, acentuada pela debilidade do sistema de acessibilidades; esta visão organiza-se em termos de

vantagens/desvantagens e em termos de factores de risco e de mudança e de desafios expectáveis no período 2000-2006 (*CAPÍTULO III*);

(c) **Formulação de eixos estratégicos de desenvolvimento**, no sentido de traduzir opções e caminhos desejáveis, mas também vectores prioritários de aposta em termos de domínios de investimento, de orientação dos recursos (de financiamento e outros) e de coordenação entre os sectores com expressão na estratégia regional (*CAPÍTULO IV*);

(d) **Enquadramento institucional** no sentido de eliminar gradualmente conflitos de competências, facilitar a concertação de iniciativas e a afirmação de lideranças, coordenar intervenções sectoriais e horizontais e aperfeiçoar o modelo de gestão (*CAPÍTULO V*).

2. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A lógica de valorização dos recursos regionais fundamenta a definição de *dois objectivos estratégicos de desenvolvimento* (**afirmação da capacidade competitiva do Algarve e construção das condições de competitividade regional**) que convergem para a competitividade económica da Região.

A visão estratégica regional assenta na valorização de dois recursos-tipo que constituem a riqueza da Região: os *recursos humanos e as competências regionais*, por um lado; e o *território e o ambiente*, por outro lado.

A estratégia de desenvolvimento regional é, ainda, suportada por *três domínios de intervenção* que de seguida se representam e enunciam.

O Diagrama seguinte constitui uma aproximação simples à visão de articulação racional dos objectivos, dos recursos associados à sua estratégia e dos domínios de intervenção para o desenvolvimento da Região no horizonte de 2006.

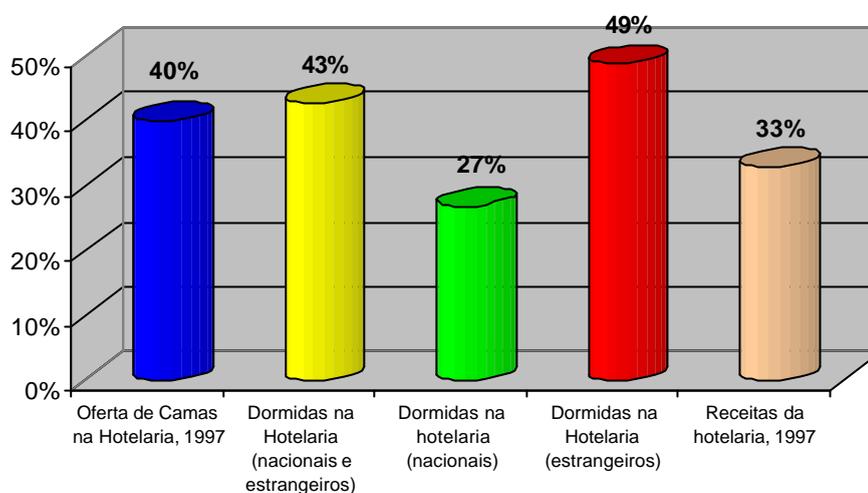


2.1 – Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento

1º Objectivo Estratégico: **AFIRMAÇÃO DA CAPACIDADE COMPETITIVA DO ALGARVE**

O Algarve é, com grande clareza, a principal região turística de Portugal e, nesse plano, representa um eixo fulcral da internacionalização da economia portuguesa. Para que assim seja é necessário que a sociedade portuguesa reconheça, finalmente, o papel estruturante que o turismo e o lazer, como complexo de indústrias e serviços qualificados, pode e deve ter no desenvolvimento económico português e consiga, ainda, alcançar a compreensão do seu potencial específico: actividade que permite articular em simultâneo a integração no mercado mundial e o desenvolvimento “para dentro”, trazendo novas oportunidades para regiões e actividades deprimidas.

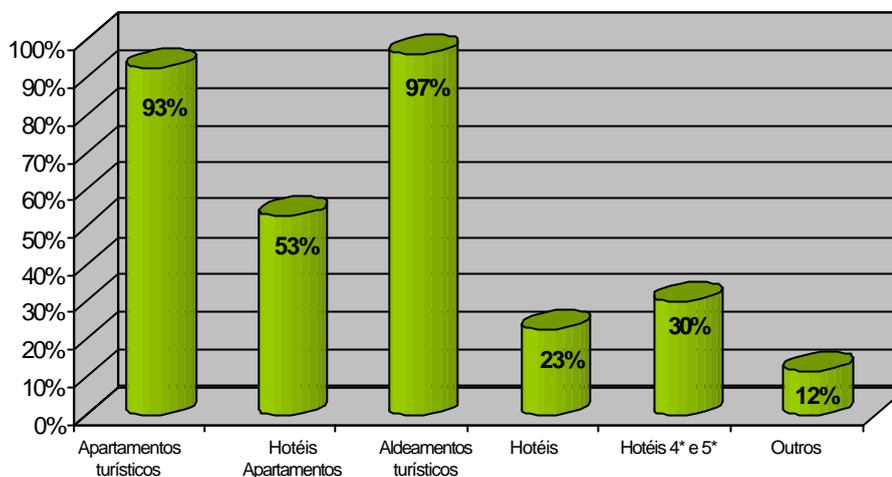
A expressão do turismo algarvio no contexto nacional está patente na dinâmica de dormidas de nacionais e estrangeiros e no volume de receitas da hotelaria sendo de destacar uma forte atractividade sobre os turistas estrangeiros, captando a Região cerca de metade (49%) das respectivas dormidas na hotelaria em 1998 (cf. Gráfico seguinte).

O TURISMO ALGARVIO NO CONTEXTO NACIONAL, 1998

A afirmação da capacidade competitiva da Região constrói-se no aproveitamento destas dinâmicas e tendências e pela adopção clara de opções de especialização económica centrada no complexo de actividades do turismo e do lazer, a qual pressupõe um papel exigente para os agentes económicos e institucionais que actuam no Algarve e que exprimem lógicas de investimento de base regional (ou nas quais a Região tem uma expressão elevada).

A opção pelo complexo de actividades do turismo e do lazer como estratégia de competitividade da Região pressupõe uma visão integradora dos diversos elos da cadeia produtiva regional, contemplando objectivos e estratégias que reforcem as relações intersectoriais, respondam às exigências da procura e assegurem a coerência dos crescentes fluxos materiais e imateriais que deverão caracterizar os compromissos estabelecidos entre os agentes regionais. O complexo de actividades do turismo e do lazer pretende aproveitar o potencial de capacidade da procura, formada não só pelo volume de turistas do Norte da Europa, como também pelo crescente fluxo de visitantes portugueses e espanhóis (em mercado interno alargado) e, ainda, pelo mercado residente, num quadro de uma **diversificação sectorialmente especializada**.

O potencial da oferta regional, medido em termos de capacidade de alojamento, evidencia uma concentração muito elevada no contexto nacional nas categorias dos apartamentos, aldeamentos turísticos e hotéis – apartamentos (cf. Gráfico seguinte). A menor expressão regional no alojamento em hotéis constitui uma limitação reconhecida, sobretudo na perspectiva da captação de fluxos com maior capacidade aquisitiva e de grupos ligados aos segmentos de turismo de congressos e incentivos.

**CAPACIDADE DE ALOJAMENTO REGIONAL NO
CONTEXTO NACIONAL EM 1997**

Na óptica do reforço das relações intersectoriais, como dimensão crucial para aumentar o potencial de emprego e de criação de valor acrescentado, o complexo de actividades do turismo e do lazer deve suscitar dinâmicas de actividade directas, indirectas ou induzidas num leque alargado de produções com expressão no Algarve: a produção e a transformação de produtos agrícolas e outros característicos dos meios rurais com procura assegurada na hotelaria e restauração; o comércio com os diversos segmentos do consumo; os serviços de apoio à actividade económica; a fileira de actividades da construção, dos materiais aos serviços imobiliários; as actividades da cultura e do lazer; as actividades de investigação e de estímulo da inovação, orientados para a melhoria do serviço prestado; a qualificação dos espaços rurais com a diversificação dos pontos de interesse turístico; o ordenamento e a qualificação dos espaços urbanos nos aspectos de melhoria da qualidade ambiental, mas também da riqueza patrimonial e da identidade regional.

Na afirmação da capacidade competitiva do Algarve tem, ainda, lugar a valorização de um conjunto de produções específicas a partir de recursos do solo, do sub-solo e do mar com tradição produtiva na Região, e que têm alcançado bons resultados nos mercados externos (p.e., cortiça, alfarroba, sal, sienitos, moluscos e bivalves). O desenvolvimento experimental, com vista à aplicação, de projectos em curso na Universidade nos domínios da biotecnologia, da biologia marítima, da engenharia alimentar e das energias renováveis, deve contribuir para melhorar os índices de valor acrescentado regional e de integração competitiva daquelas produções nos mercados externos.

2º Objectivo Estratégico: CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE REGIONAL

Assumida a opção estratégica de especialização económica em torno do complexo de actividades turismo/lazer, como instrumento-chave da afirmação competitiva da Região, impõe-se extrair todas as consequências em matéria de estruturação de dinamismos associados às outras actividades económicas e aos recursos de suporte: **valorização dos recursos humanos e qualificação do território e do ambiente**. A definição de objectivos e a programação de investimentos deve ser inequivocamente orientada, numa perspectiva de ajustamento dinâmico, para uma melhoria gradual das condições de competitividade do Algarve. Nesta perspectiva adquirem especial relevância os referidos vectores de suporte e de qualificação da estratégia regional:

(a) **Recursos humanos, competências regionais** (conceito amplo que congrega os sub-sistemas educação/formação e ciência e tecnologia) **e coesão social**. A aposta regional nas pessoas e nas suas capacidades, beneficia de um conjunto importante de investimentos que estão já a produzir os seus frutos e constituem um trunfo de peso para dar consistência às opções estratégicas para a Região, mas pressupõe novas e decididas actuações:

- na óptica da formação escolar (do básico ao superior) dos jovens e da formação ao longo da vida dos activos;
- na óptica da modernização do tecido empresarial regional, da incorporação de elementos de inovação tecnológica (agricultura, construção civil e turismo) e da atracção de novos investimentos (oferta de competências no domínio das funções técnicas e de gestão);
- na óptica do fomento de novas iniciativas empresariais, da formação dos empresários e do estímulo à inovação, designadamente em domínios de actividade articulados com o complexo turismo/lazer;
- na óptica da integração social e económica das populações com especiais dificuldades e em situação de desfavorecimento, contribuindo para espacializar uma visão centrada nas pessoas.

(b) **Território e Ambiente.** O Algarve é, ainda, no contexto nacional uma região de elevada qualidade ambiental, um recurso cuja associação à estratégia, enquanto modelo territorial de desenvolvimento e vector de enquadramento de investimentos estruturantes, tem incidência importante em diversas perspectivas:

- na óptica da qualificação das ocupações turísticas e da melhoria das condições de integração territorial dos projectos do complexo turismo/lazer;
- na óptica do (re)ordenamento territorial das actividades produtivas e das demais funções económicas;
- na óptica das relações e dinâmicas socioeconómicas entre a rede de cidades e os espaços rurais;
- na óptica da dinamização do mosaico de actividades do mundo rural, ampliando os efeitos resultantes das intervenções da política agrícola e de desenvolvimento rural, num quadro de reconhecida multifuncionalidade;
- na óptica da gestão territorial e com respeito pelo ambiente, pela garantia do potencial dos recursos naturais e pela qualificação e renaturalização de áreas sensíveis degradadas.

Os objectivos estratégicos de desenvolvimento pressupõem que se estruturam diversos domínios de intervenção orientados para a consolidação da estratégia regional, não só reforçando as condições de competitividade como igualmente contribuindo para a afirmação da capacidade competitiva da Região.

2.2. Domínios de Intervenção

A estratégia enunciada apela a um perfil de estruturação de actuações e de orientação dos investimentos que permitam ampliar os contributos dos diversos **domínios de intervenção** seleccionados, segundo as perspectivas adiante detalhadas:

Domínio 1. Infra-estruturas de base (Acessibilidades, Ambiente e Apoio às actividades económicas), um domínio crucial para a Região, dada a situação penalizadora de partida, e que deve responder simultaneamente:

- **à qualificação de investimentos anteriores nas condições materiais de desenvolvimento**, procurando assegurar uma *maior integração territorial de funções* por forma a valorizar investimentos relevantes, nomeadamente na esfera económica (zonas industriais, distribuição e logística e áreas de comércio e serviços); esta articulação qualificante deve enquadrar, ainda, os apoios indispensáveis ao (re)ordenamento de actividades produtivas integrando novos dinamismos territoriais (p.e., Tunes-Silves, Loulé, Castro Marim);
- **à conclusão e consolidação das infra-estruturas de recursos hídricos e saneamento básico**, indispensáveis à melhoria da qualidade de vida dos residentes (p.e., melhoria dos índices de cobertura de saneamento básico e de recolha e tratamento de resíduos urbanos), procurando completar os sistemas e assegurar de forma adequada a sua gestão;
- **ao desenvolvimento da rede de acessibilidades** nos modos de transporte estruturantes para as dinâmicas de abastecimento/escoamento das produções regionais e para as dinâmicas de fluxos de visitantes nacionais e estrangeiros;
- **à consolidação de relações de solidariedade económica e territorial entre o Litoral e a Serra**, através da melhoria das ligações internas que facilitem uma maior integração de funções entre a generalidade dos sub-espacos regionais, tanto em termos sociais como em termos de mercado.

Domínio 2. Espaços Rurais, valores naturais e biodiversidade, um domínio que assenta num conceito amplo de riqueza do ambiente e 'habitat' natural, considerado como área-chave de investimento numa tripla perspectiva:

- factor de competitividade indispensável para a **consolidação de diversas actividades do complexo turismo/lazer** e para a atracção de um segmento de novos residentes estrangeiros e nacionais, nomeadamente com qualificações de excelência nos planos económico e cultural (meio envolvente favorável à fixação de pessoas e com amenidades que propiciem uma imagem mais positiva da Região);
- factor de racionalização do **aproveitamento de oportunidades regionais no domínio dos recursos naturais** (recursos agro-florestais e marinhos, energias renováveis,...), beneficiando da capacidade de investigação presente na Universidade e de novos critérios de localização de investimentos;

- factor de **preservação do ambiente e das paisagens rurais**, sabendo utilizar os valores naturais e a conservação da biodiversidade como factor de atracção, adoptando medidas de protecção ambiental, de preservação do património rural e de apoio a zonas desfavorecidas.

Domínio 3. Espaços urbanos e Equipamentos educativos, sociais e culturais, um domínio que incorpora actuações inseridas numa lógica de fortalecimento da rede de cidades do Algarve, através da valorização económica de recursos patrimoniais e da oferta turística, da revitalização global do espaço público e do reforço da dotação de equipamentos colectivos, de modo a contribuir para:

- **dar coerência ao sistema urbano regional;**
- **reforçar a capacidade de atracção dos núcleos urbanos**, junto dos investidores e fluxos de visitantes;
- **fixar recursos económicos** (equipamentos, serviços,...) que contribuam para melhorar as condições de integração social e económica dos residentes;
- **assegurar a concretização de equipamentos essenciais** nos domínios da educação, da saúde, da acção social, do desporto e da cultura, na dupla perspectiva de melhoria das condições de vida e como elementos determinantes da atractividade regional;
- **qualificar as zonas de ocupação turística e suas envolventes.**

2.3. Componente institucional

A experiência de gestão do ordenamento do território e de planeamento do desenvolvimento regional tem-se confrontado com um enquadramento institucional - de atribuições e competências dos diversos actores regionais, de instrumentos de planeamento e ordenamento do território, de legislações e normas várias - de contornos nem sempre claros e que exigem reajustamentos acentuados no futuro próximo. Nesta perspectiva, a operacionalização da estratégia deve compreender uma forte **componente institucional** norteada pela preocupação de fixar e orientar recursos, simultaneamente, para qualificar as áreas de excelência (produção, serviços, competências e dispositivos de suporte) e para melhorar a eficácia dos instrumentos e

dos comportamentos dos agentes da Administração, nomeadamente no plano da coordenação de actuações entre órgãos desconcentrados, num contexto de enriquecimento das suas atribuições e competências.

SISTEMA INSTITUCIONAL	
<ul style="list-style-type: none">• Enriquecimento da delimitação de competências;• Enquadramento jurídico-legal;• Modelo de gestão (sistema de informação, acompanhamento e controlo).	<ul style="list-style-type: none">• Incentivos à actividade económica;• Lideranças e parcerias;• Coordenação de políticas (inter-sectoriais e horizontais).

O bloco referente ao 'sistema institucional' funciona, na articulação descrita da Estratégia de Desenvolvimento Regional, como variável instrumental da qual se espera que contribua mais intensamente para um novo tipo de "relação políticas públicas - mercados", mais eficaz e eficiente na afectação e utilização dos recursos orientados para a transformação qualitativa dos diversos sub-sistemas regionais. Trata-se de promover alterações nos elementos integrantes do bloco por forma a eliminar gradualmente conflitos de competências, a facilitar a concertação de iniciativas e a afirmação de lideranças, a coordenar intervenções sectoriais e horizontais.

II. BALANÇO SUMÁRIO DOS RECURSOS E DINAMISMOS REVELADOS PELA REGIÃO

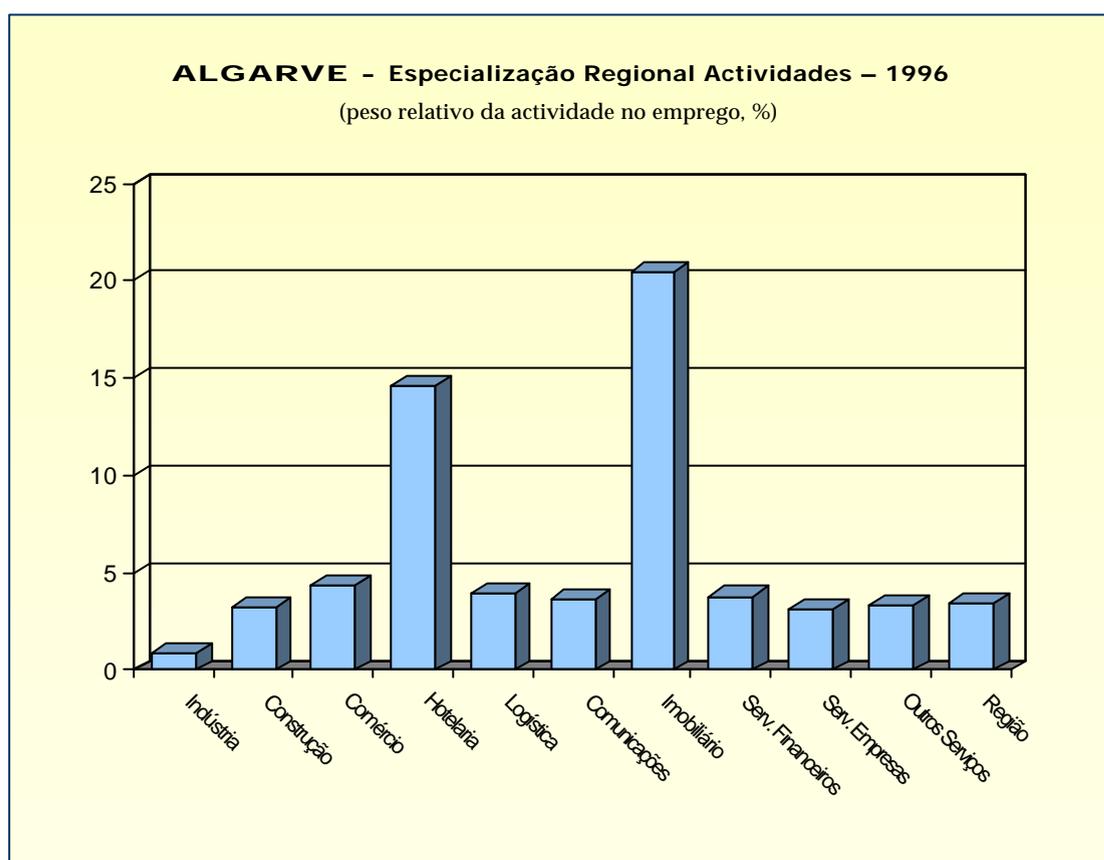
A construção da visão prospectiva regional aconselha a reter um conjunto de traços essenciais que traduzam uma desejável interpenetração entre o **passado**, o **presente** e o **futuro**, na óptica das condicionantes e dos desafios para a Região. Este capítulo parte da estratégia implícita de desenvolvimento regional, enunciada no capítulo anterior, para apresentar uma retrospectiva dos principais traços de evolução recente da Região, numa óptica de diagnóstico estratégico - naturalmente selectivo - e que retém o essencial do conjunto de domínios de estruturação da estratégia.

1. ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL - CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO RECENTE

O Algarve configura-se como a região com maior grau de afastamento face à estrutura de actividades do país, especificidade que se terá acentuado ao longo dos dois últimos decénios, em que se conjugaram a difusão de um modelo de exploração turística de contornos conhecidos com a expansão desequilibrada dos serviços de apoio associados e o declínio das actividades industriais tradicionais, a par da inexistência de novas iniciativas e de investimentos estruturantes no campo económico.

A evolução recente revela uma acentuação desta tendência e, embora apresente um traço encorajador, resultante de uma trajectória inquestionável de modernização - o maior dinamismo da criação de empregos nos serviços financeiros e, sobretudo, nalguns serviços de suporte às actividades turísticas (imobiliário e logística) - revela as insuficiências básicas do modelo económico regional: incapacidade de sustentação, quer do alargamento da fileira turismo/lazer, quer da sua função de arrastamento das actividades produtivas (agricultura, indústria e construção) indiciada, entre outros indicadores, pela sub-especialização nos serviços às empresas.

Esta evolução encontra-se condensada no Gráfico seguinte¹⁾ que revela, em simultâneo, as potencialidades (e responsabilidades) de uma adequada estratégia de desenvolvimento para o Algarve – veja-se o peso nacional na “hotelaria/restaurantes/cafés” (cerca de 15%) e no imobiliário (20%) - e os desequilíbrios resultantes de um modelo de concentração de actividades sem especialização assumida, nem aprofundamento da cadeia de valor (ver caixa).



⁽¹⁾ A construção deste Gráfico assenta na exploração dos Quadros de Pessoal do Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Registando o pessoal ao serviço nos estabelecimentos do sector formal da economia, esta fonte estatística não retém as dinâmicas de emprego do sector primário (nomeadamente, a agricultura e as pescas) e da Administração Pública, com alguma expressão de actividade e de emprego na Região.

CADEIA DE VALOR

O conceito de cadeia de valor apreende a actividade geral de uma empresa, de uma fileira ou de um complexo como um conjunto diversificado de actividades, organizacionais, tecnológicas e económicas, enquanto actividades de criação de valor, isto é, que concorrem para melhorar a posição relativa nos custos, nos mercados, na resposta à procura. Mobilizando elementos e áreas tão diversas como as infra-estruturas, os equipamentos e processos, a gestão de recursos e de informação, a tecnologia, o aprovisionamento e a política de compras, o marketing, as políticas de venda e o serviço pós-venda, a logística interna e externa.

A cadeia de valor é, deste modo, um sistema de actividades interdependentes ou relacionadas que

contribuem para produzir e obter uma margem final acrescida para a empresa, para a fileira ou para o complexo de actividades, utilizando melhor os factores produtivos, gerando maior valor acrescentado e ganhando maior poder de mercado.

A lógica da cadeia de valor permite explorar adequadamente economias de escala, de gama e de especialização, potenciar a aprendizagem e a experiência, valorizar a inovação e difundir boas práticas de gestão, racionalizando processos e construindo sinergias. A lógica de cadeia de valor exige, também, o acesso facilitado aos factores produtivos, a qualidade dos recursos humanos e uma orientação do estilo de direcção para a obtenção de ganhos de produtividade.

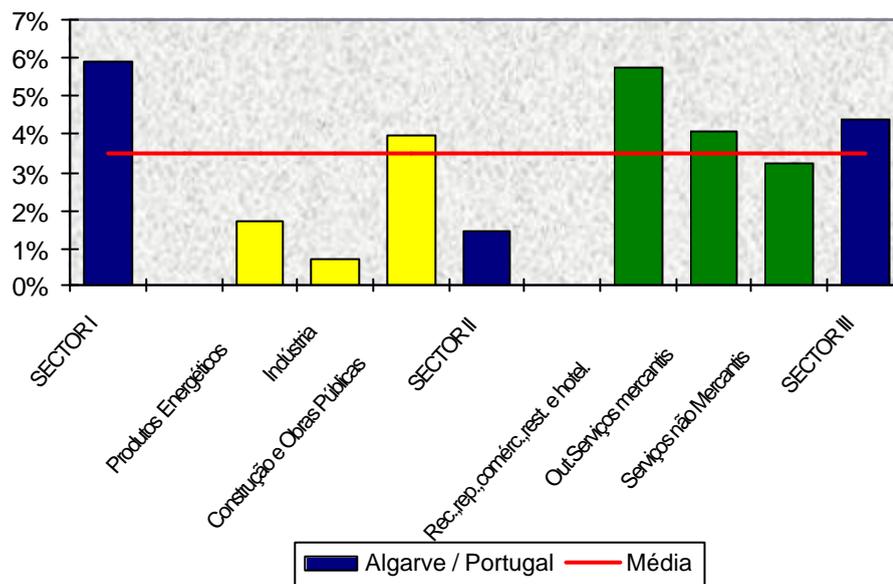
A Região do Algarve apresenta, também, ao nível da estrutura do emprego por profissões/qualificações, um forte afastamento da configuração do Continente. A sua clara "especialização" ao nível dos trabalhadores administrativos aproxima-a da Região de Lisboa e Vale do Tejo que, no entanto, é a única que apresenta uma "sobre-especialização" ao nível dos quadros, diferença específica que apresenta face a todas as outras regiões do Continente e vantagem competitiva relevante daquela região.

A "sub-especialização" da Região do Algarve ao nível das profissões que sustentam a base das actividades industriais constitui, apenas, outra face do mesmo fenómeno já identificado de atrofia dessas actividades no modelo regional de desenvolvimento. Este elemento justifica uma especial atenção na configuração de uma estratégia para o período 2000-2006 na medida em que requer um cuidado particular na criação e gestão dos efeitos de arrastamento e difusão de eficiência, tecnologia e inovação.

Relativamente ao perfil de especialização dos sub-sistemas regionais por indústrias agrupadas de acordo com o respectivo factor-chave de competitividade, a especialização industrial da Região do Algarve é muito marcada pela sua grande insipiência devendo ser lida mais pelo lado da "ausência" das actividades que correspondem a uma verdadeira especialização no contexto nacional e internacional do que pela coerência das actividades desenvolvidas.

A evolução detectada para a Região do Algarve revela, com toda a clareza, as insuficiências do modelo de desenvolvimento económico vigente, com saliência para a progressiva aceleração da desindustrialização nas actividades valorizadoras de recursos naturais, nomeadamente no que respeita à actividade conserveira, à secagem de frutos, aos aglomerados de cortiça e à extracção de óleos.

CONTRIBUTO DO ALGARVE PARA O VAB NACIONAL 1995



Estas insuficiências atingem o próprio complexo de actividades do turismo e do lazer muito concentrado num produto estruturante (turismo balnear, associado ao binómio sol e praia) e um núcleo limitado de actividades (alojamento, restauração, meios complementares de alojamento, agências de viagens, aluguer de automóveis,...), com alargamento mais recente ao golfe e à náutica de recreio. Esta concentração não só tem delimitado o perfil da procura, como tem condicionado o aproveitamento de potenciais mercados ligados a novas correntes da procura turística que encontrariam produtos temáticos possíveis na Região com outra lógica de integração espacial e de actividades, de que são exemplo:

- o segmento urbano-cultural explorando a riqueza do património arquitectónico e das vivências urbanas;
- o segmento *short-breaks* – pequenos períodos de férias (nomeadamente os associados ao calendário escolar) dispersos ao longo do ano;

- o segmento 'congressos e incentivos' – explorando fluxos da procura que dão preferência a áreas de lazer com proximidade urbana;
- o segmento 'terceira idade' – valorizador do ambiente saudável e des congestionado e da riqueza natural e cultural;
- o segmento 'natureza e ecologia' – explorando a riqueza de valores naturais e de biodiversidade dos diversos espaços regionais;
- o segmento do 'desporto' – com as componentes de espectáculo, de estágios profissionais de alta competição e de recuperação de atletas, beneficiando de condições climatéricas favoráveis, mesmo durante o Inverno.

Nas restantes actividades, as tendências mais recentes (1992-1996) parecem indicar uma melhoria do perfil estrutural da Região – ainda que mais por perda de importância dos outros segmentos industriais do que por ganhos efectivos resultantes de novos investimentos. Essa melhoria surge traduzida, nomeadamente, no maior dinamismo das indústrias associadas à exploração de economias de escala, à I&D e à diferenciação dos produtos (papel e artes gráficas, metalomecânica ligeira,...), isto é, das actividades que melhor configuram um modelo “puxado” pela procura.

No entanto, importa referir a expressão regional de alguns grupos de actividades com menor dinâmica empresarial e empregadora mas que têm potenciais próprios que poderão ser estimulados a partir de um *relançamento das actividades de especialização*, que incorpore preocupações de enriquecimento da cadeia de valor regional:

- a) **Agricultura e outras actividades rurais.** O Algarve dispõe de condições edafo-climáticas que têm permitido sustentar um conjunto de culturas e actividades produtivas que preenchem importantes funções sociais, económicas e territoriais: no plano da composição do rendimento e da estabilidade das famílias; no plano da sustentação de limiares de povoamento e da coesão social; no plano do equilíbrio territorial e da paisagem natural, com manifesto efeito sobre a atractividade/amenidade da região. De entre essas culturas e actividades destacam-se, pela sua expressão económica, as culturas de especialização (citros, frutos secos e culturas de primores) e os produtos de fabrico tradicional (enchidos, licores, doçaria, queijos,...).
- b) **Construção civil.** O conjunto de actividades/segmentos da fileira da construção tem um nível de estruturação regional insatisfatório com uma dependência acentuada de fornecimentos exteriores à Região, tanto em termos de materiais e de

capacidade empresarial de obra, como em termos de equipamentos. A existência de competências na área de projecto e de gestão, a par da dinâmica de emissão de novos alvarás para exercício da actividade e do aproveitamento de recursos minerais (brecha regional) pode permitir algum desenvolvimento, a prazo, de segmentos da fileira da construção susceptíveis de ampliar o valor acrescentado regional aproveitando os fortes dinamismos induzidos pela imobiliária turística e pela reabilitação urbana.

- c) **Serviços de apoio à actividade económica e de proximidade.** As actividades de apoio às empresas e às pessoas têm conhecido um crescimento com expressão na iniciativa empresarial e na criação de emprego. Trata-se, todavia, de um crescimento muito aquém das necessidades do tecido empresarial e das dinâmicas de procura das famílias e dos indivíduos. As reduzidas barreiras à entrada deste tipo de actividades aliado à circunstância de a Região formar competências em domínios apropriáveis por aquelas actividades poderá suscitar uma expressão mais qualificada das mesmas, enriquecendo a qualidade dos desempenhos das empresas e contribuindo para melhorar a oferta de serviços que são decisivos na atractividade de novos residentes e visitantes.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ORIENTAÇÕES E NÍVEIS DE ABSORÇÃO DE RECURSOS

Os documentos de estratégia que enquadraram o desenvolvimento da Região do Algarve ao longo da última década definiram um conjunto de orientações económicas tributário de uma visão de desenvolvimento diversificado dos principais sectores de actividade, segundo uma lógica de valorização alargada de recursos existentes.

Esta orientação, então apontada, partia da necessidade de corrigir a excessiva concentração da iniciativa empresarial, do produto e do emprego nas actividades turísticas - concentração essa agravada pelos riscos da sazonalidade - e deparou-se com dois tipos de problemas incontornáveis:

- a valorização dos recursos existentes, especialmente os naturais e produtivos, pressupõe a existência de **capacidade de consumo**, estruturadora de um espaço económico com características de dinamismo e potencial de procura que não estavam, nem estão, plenamente reunidos na Região, mesmo nos períodos de maior concentração dos fluxos de visitantes;

- as apostas na diversificação de actividades pressupõem, na fase actual, a existência de agentes económicos exteriores com **interesses de investimento** ajustados ao perfil da oferta de factores de atractividade existentes, ou a disponibilidade de recursos públicos, de mobilização problemática e com riscos de depreação e de não sustentabilidade.

Um terceiro problema, frequentemente referido para explicar o insucesso da estratégia de diversificação, encontra-se associado às características do leque de instrumentos de incentivo ao investimento económico, que se terão revelado insuficientemente adequados ao perfil de empresários e de iniciativas empresariais predominantes⁽²⁾.

Os factores assinalados explicam, assim e em grande parte, que entre 1986 e 1996, as actividades turísticas tenham reforçado o seu peso relativo na estrutura do emprego e do produto regional.

Acresce que, nos demais sectores de actividade, a par dessa perda gradual do seu peso relativo no conjunto da economia regional, se registou um progressivo estreitamento da malha de actividades existentes e uma insuficiente capacidade de fornecer bens e serviços às actividades de especialização (imobiliário, hotelaria e restauração).

No tocante às opções de investimento veiculadas pelos Programas Operacionais, formalmente ancorados nos planos de desenvolvimento regional, as mesmas evidenciaram elevados índices de absorção dos recursos comunitários por parte das entidades executoras, sendo de destacar evoluções qualitativas importantes entre o QCA I (1989-93) e o QCA II (1994-99), com reflexos potenciais sobre a base de recursos e de capacidades da Região na viragem do século (*cf. Quadro-síntese*).

⁽²⁾ Esta inadequação atingiu também o apoio ao investimento nas actividades turísticas regionais (p.e., restrições à construção de novos equipamentos hoteleiros) ao invés do que ocorreu, p.e., nas regiões concorrentes do Sul de Espanha onde se assistiu a intervenções mais coerentes de investimento público e de fomento do investimento privado.

**Investimentos com comparticipação FEDER (s/ sistemas de incentivos)
no Algarve entre o QCA I e o QCA II**

Domínios de Intervenção	QCA I (89-93) ^(a)		QCA II (94-98) ^(b)		Variação	
	Contos	%	Contos	%	Contos	%
Ambiente	19.058.164	25,4	78.677.217	58,9	+59.619.053	+312,8
Acessibilidades	40.649.947	54,0	14.117.528	10,6	-26.532.419	-65,3
Equipamentos Interesse Colectivo	8.059.700	10,7	22.201.694	16,6	+14.141.994	+175,5
Renovação Urbana	347.397	0,5	5.481.834	4,1	+5.134.437	+1477,9
Sectores Produtivos	1.537.105	2,0	3.283.080	2,5	+1.745.975	+113,5
Outros	5.597.286	7,4	9.778.881	7,3	+4.181.595	+74,7
Investimento Total	75.249.599	100,0	133.540.234	100,0	+58.290.635	+77,4

^(a) Investimento contabilizado; ^(b) Investimento aprovado.

Dados actualizados a 31/12/98, incluindo Fundo de Coesão e Interreg I e II.

Fontes: CCRA Algarve e DGDR.

São exemplo desse dinamismo de absorção de recursos:

- o dinamismo no sector do **ambiente**, superior ao resto do país, nomeadamente em investimentos financiados pelo Fundo de Coesão, e onde se destacam os projectos de âmbito regional com participação autárquica nos domínios do abastecimento de água, do tratamento das águas residuais e resíduos sólidos urbanos;
- o crescimento do investimento total no domínio da **renovação urbana**, de menos de meio milhão para mais de cinco milhões de contos, consagrando uma prioridade de intervenção elevada - mobilizadora também de componentes financeiras municipais e nacionais -, que permitiu apoiar investimentos nas zonas ribeirinhas, a renovação de eixos viários urbanos estruturantes, a recuperação de fachadas e de equipamentos colectivos, e a reconstrução de edifícios com interesse patrimonial;
- o investimento infraestrutural na **saúde** (9,2 milhões de contos de investimento aprovado no âmbito do QCA II - I.O. Saúde e PROA), designadamente com a construção de diversos centros de saúde (Loulé, Tavira, Lagos, Lagoa, Aljezur, Vila do Bispo e Alcoutim) e de algumas extensões de outros e, sobretudo, a construção do Hospital Distrital do Barlavento que, entrando em funcionamento em 1999, ampliará a capacidade de atendimento dos utentes residentes e da população flutuante, corrigindo desvantagens regionais de monta no domínio de cobertura pelas unidades de saúde;
- o investimento nos **equipamentos educativos** (7,6 milhões de contos de investimento aprovado no âmbito do PRODEP II) e de formação profissional com

destaque para a consolidação do projecto da Universidade do Algarve, associando o ensino superior universitário e politécnico, a par do reforço da rede de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário (incluindo equipamentos desportivos), da construção e equipamento do Centro de Formação Profissional de Faro e da construção das novas instalações da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve; e

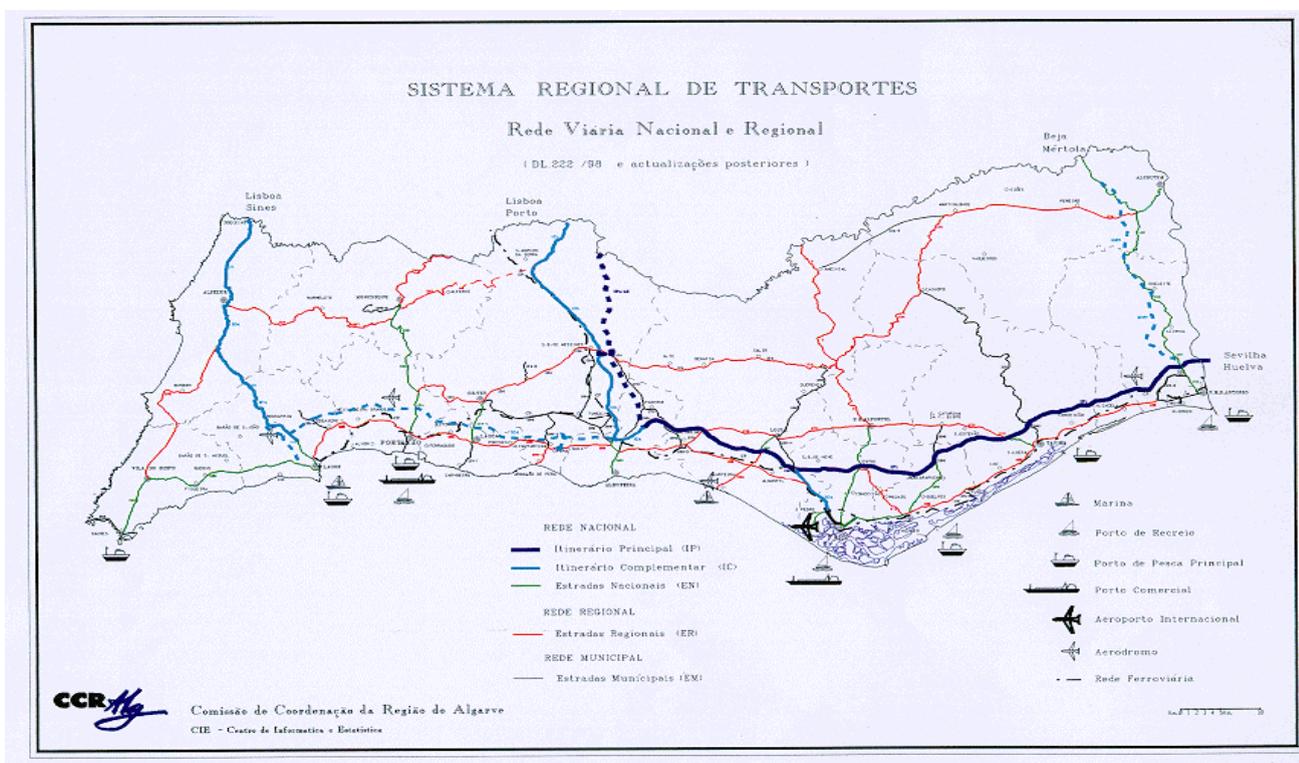
- na área agrícola são de destacar investimentos importantes na reflorestação de vastas zonas de Serra algarvia, com efeitos sobre o rendimento e a paisagem rural, a par de intervenções destinadas a melhorar as condições das explorações agrícolas (espedregas, estufas, sistemas de irrigação,...); acresce a expressão bastante satisfatória da cooperação transfronteiriça no domínio do Apoio à Agricultura e Desenvolvimento Rural e à Investigação Científica, com financiamento superior a 300 mil contos no INTERREG II, correspondendo a uma dinâmica de candidaturas que ultrapassa a das demais regiões e absorve a despesa pública programada.

No domínio das **acessibilidades**, o sistema regional não tem beneficiado da prioridade de investimento que a densidade de problemas existentes justificaria, constituindo mesmo um exemplo de penalização clara de uma região com localização periférica no espaço nacional, ibérico e europeu. Algumas situações concretas ilustram essa penalização:

- o ciclo de investimento que 'varreu' o país na última década, caracterizado pelo fecho da rede rodoviária fundamental, não ocorreu no Algarve, designadamente no tocante à ligação por Auto-Estrada a Lisboa e à conclusão dos eixos intra-regionais (Via do Infante e Eixo Longitudinal Serrano);
- o modo ferroviário não beneficiou de fluxos de investimento, nem no eixo litoral do Algarve, nem nas ligações com a Andaluzia, mantendo-se a ausência de conexão em condições de exploração com a rede espanhola a sul, nem nas ligações a Lisboa, fortemente penalizadoras (tempo de deslocação, organização e logística deficientes e insuficiente complementaridade com o modo rodoviário) para que o comboio funcione como alternativa de ligação a nível nacional;
- a capacidade actual do Aeroporto de Faro (3,5 milhões passageiros/ano) encontra-se ultrapassada e é desajustada da importância do transporte aéreo para as deslocações dos turistas estrangeiros, dada a situação geográfica do Algarve; o plano de expansão, em execução, deverá permitir aumentar a

capacidade para dimensões mais ajustadas aos fluxos da procura turística (6 milhões de passageiros/ano até 2003 e 8 milhões até 2007).

As alterações estruturais da economia portuguesa, em que se perspectiva uma maior dependência do transporte rodoviário e dos corredores terrestres de ligação a Espanha e à Europa, não se compadecem com a persistência dos atrasos na concretização das ligações integradas das redes transeuropeias, nomeadamente em matéria de execução das ligações rodoviárias e na modernização e coordenação das infraestruturas ferroviárias na ligação à fronteira portuguesa. Estes atrasos são fortemente penalizadores da competitividade regional.



O último período de programação de fundos comunitários (QCA - acessibilidades regionais, I. O. Transportes e Fundo de Coesão) não incorporou opções de investimento consentâneas com a importância dos problemas identificados e com a prioridade que a solução, mesmo que gradual, dos mesmos pressuponha, tendo-se observado, até este momento, uma quebra do investimento nas acessibilidades regionais entre o QCA I e o QCA II, superior a 60 por cento e atingindo mais de 26,8 milhões de contos, em termos absolutos.

A perspectiva da afirmação da capacidade competitiva regional, mas também o contributo que se espera da Região para a integração internacional do país, no espaço ibérico e europeu e nos espaços mais vastos de globalização económica, exigem a atribuição de elevada prioridade aos investimentos no sistema de acessibilidades regionais e externas, no contexto do próximo período de programação.

No domínio do **Ambiente** e no período do QCA II, as intervenções públicas adquiriram expressiva relevância: em termos absolutos (cerca de 78 milhões de contos, montante que quadruplica os investimentos no período anterior) e em termos relativos – única região com projectos financiados pelo Fundo Coesão apenas no sector do Ambiente, tendo sido apoiada a construção dos sistemas de abastecimento de água de Barlavento e Sotavento, de tratamento de águas residuais, e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

**Investimentos financiados ao abrigo do Fundo de Coesão
(1994-98)**

Un.: 10³ contos

	Portugal	Algarve	Peso do Algarve
Acessibilidades	471 346	-	0.0%
Ambiente	387 151	68 719	17,7%
Outros	76	-	0.0%
Total	858 573	68 719	8,0%

Fonte: DGDR, Fundo de Coesão – 1998 e Balanço 1993-98 (Situação a 31/12/98).

Trata-se de fluxos de investimento avultados, no entanto, ainda aquém das necessidades objectivas diagnosticadas, nomeadamente: em matéria de protecção, requalificação e valorização da plataforma litoral (erosão costeira, pressão demográfica sazonal,...); de níveis de contaminação dos recursos hídricos, sobretudo da componente subterrânea associada à insuficiente depuração de efluentes e poluição difusa, resultante da actividade agrícola; de recolha, valorização e destino final de resíduos sólidos; e de tratamento eficaz de efluentes (urbanos e não urbanos).

Os défices assinalados mantêm a Região ainda afastada dos requisitos ajustados, quer à qualificação das condições de vida dos residentes, quer à consolidação do ambiente como factor de competitividade – chave para as actividades do complexo turismo/lazer. Estas são mais exigentes em termos de qualidade ambiental dos espaços urbanos e periferias, de controlo da qualidade do ar e do ambiente acústico, de gestão do ambiente urbano e urbano-turístico e da riqueza natural-paisagística.

A superação daqueles défices, bem como o reforço da sensibilização e educação ambiental, colocam o ambiente e a conservação da natureza, a par das acessibilidades e do sistema de transportes, como domínios-chave de intervenção e investimento futuro no quadro da construção das condições de competitividade da Região em geral, e do complexo de actividades do turismo e do lazer, em especial.

O **Programa Regional do Algarve (PROA)**, do QCA II, revelava no final de 1998 taxas de execução superiores à média dos demais programas de base territorial. O PROA tinha, percorridos cinco dos seis anos do seu período de vigência, uma taxa de aprovação sobre a despesa pública programada de 97% e apresentava em algumas medidas índices de aprovação iguais ou superiores ao programado (p.e., infraestruturas de apoio ao desenvolvimento rural, ambiente e renovação urbana). Estas *performances* positivas não podem, todavia, fazer esquecer que o PROA detém menos de um décimo do total do investimento co-financiado previsto para a Região o que faz depender o reforço da capacidade de modernização e apoio ao desenvolvimento económico e social de intervenções da responsabilidade das tutelas sectoriais a nível nacional.

Num contexto em que a próxima geração de fundos estruturais marcará decerto a última oportunidade de acesso do Algarve a financiamentos maximizados pela condição de Região Objectivo 1, a possibilidade de integrar num futuro Programa Regional competências de investimento situadas actualmente ao nível central, permitiria não só corrigir aquele desfasamento como, sobretudo, contribuiria para fazer avançar com carácter prioritário um conjunto de investimentos sucessivamente protelados, nomeadamente no domínio das redes e infraestruturas de suporte, com destaque para o ambiente, a conservação da natureza, as acessibilidades, o ordenamento dos parques empresariais e a qualificação do sistema urbano.

3. RECURSOS HUMANOS E COMPETÊNCIAS REGIONAIS

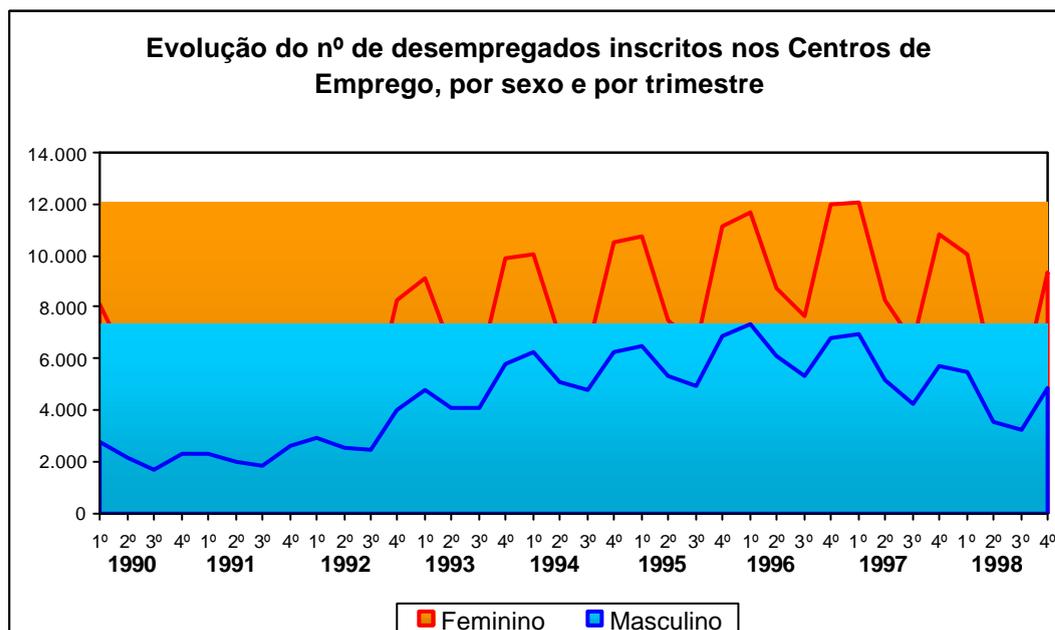
A visão dos recursos humanos, fortemente associada à competitividade económica e ao desenvolvimento social, como decorre da estratégia implícita de desenvolvimento regional, tem na base um pressuposto determinante: a articulação activa entre educação e formação, como experiência a alimentar ao longo da vida.

Isto significa que, sobretudo no domínio das propostas de intervenção, se deve atribuir adequada ponderação nas prioridades de investimento às qualificações escolares de base (mas também ao combate ao abandono escolar precoce); ao ensino profissional de nível secundário; à formação avançada superior e pós-graduada; à formação

profissional inicial de jovens; e à formação profissional contínua, numa óptica de qualificação e reconversão de activos.

Formulado este pressuposto-base determinante, o diagnóstico selectivo da problemática dos recursos humanos regionais valoriza a análise das dinâmicas do sistema de emprego, enquanto espaço de validação de competências e de desenho das procuras de qualificação dirigidas aos diversos pólos da oferta de formação escolar e profissional.

O sistema de emprego regional reflecte de modo enfático o perfil e qualidade do modelo de especialização regional: por um lado, a polarização empregadora ocorre predominantemente nas actividades imobiliárias, no alojamento hoteleiro e não hoteleiro e na restauração e similares; por outro lado, os fluxos de desemprego são marcados pela forte sazonalidade da ocupação de activos que atenua a expressão do desemprego de longa duração, ainda que num contexto de uma crescente segmentação do mercado de trabalho.



Fonte: *Relatórios Trimestrais do Mercado de Emprego*, Delegação Regional do Algarve do IEFP.

Os constrangimentos mais objectivos, identificáveis na estruturação e funcionamento do sistema de emprego regional, estão associados:

- à natureza do tecido empresarial predominante nas actividades de especialização que se aproxima de um padrão de base familiar e cujos modelos de organização do trabalho não oferecem condições de enquadramento satisfatórias para a integração de competências adquiridas no sistema escolar, não asseguram perspectivas de valorização profissional e apresentam generalizadamente baixos índices de produtividade;
- à dinâmica de reprodução dos níveis de rendimento regionais que não tem facilitado a estruturação e a consolidação de dinamismos económicos e empresariais endógenos, suficientemente valorizadores da atractividade de um destino turístico de referência para o desenvolvimento da iniciativa empresarial;
- ao preenchimento de oportunidades sazonais, de curto prazo, na agricultura, na construção civil e no comércio, por imigrantes que demandam a região sem condições de enquadramento e de valorização profissional estáveis.

À semelhança do que sucedeu noutras zonas do país, a evolução estrutural do sistema de emprego regional seguiu um modelo extensivo em que predominou o efeito massa de geração de emprego, com fracas qualificações e baixos níveis de produtividade. Um crescimento deste tipo não consolida recursos e capacidades organizacionais e de gestão e também não oferece garantias de ajustamento estrutural, nomeadamente nas actividades de especialização regional e numa óptica de adensamento da cadeia de valor.

Os contributos com origem na formação profissional dos recursos humanos têm-se revelado insatisfatórios, na perspectiva da oferta de competências dinamicamente ajustadas às necessidades da procura empresarial, sendo detectáveis as seguintes tendências na absorção dos apoios enquadrados nas diferentes intervenções do QCA II orientadas para a valorização dos recursos humanos no período 1994-98:

- predomínio das actuações dirigidas aos jovens, nomeadamente através das medidas de qualificação inicial e de apoio à inserção no posto de trabalho, ensaiando respostas para um segmento com grande peso nos desempregados inscritos;
- forte dinamismo das linhas de acção de carácter assistencialista com especial relevo para as medidas formação/emprego e para as acções a favor de grupos sociais desfavorecidos, que têm conhecido um crescimento gradual, fruto da emergência de grupos de risco e da expansão dos idosos e crianças com carências de apoio social;

- escasso investimento absoluto e relativo no desenvolvimento da formação contínua, nomeadamente em acções de aperfeiçoamento e reciclagem, de crucial importância em diversos sectores, reflectindo dificuldades estruturais de mobilização de activos para a frequência de acções de formação;
- insuficiente articulação entre medidas de apoio ao investimento de modernização económica e medidas e linhas de acção orientadas para a qualificação dos recursos humanos, numa frágil integração de componentes que deveria ser estimulada na definição e na aplicação de critérios de selecção utilizados para apreciar as candidaturas a financiamentos públicos.

Esta última tendência antecipa uma dimensão-problema que deverá estar presente na equação das relações entre o incentivo às actividades de especialização e o apoio às procuras de formação com origem nos promotores privados e associativos: é desejável que o apoio às entidades promotoras privilegie candidaturas que liguem projectos de modernização económica a componentes de formação, quer na óptica do recrutamento externo, quer na óptica do recrutamento interno, com frequência de formação de qualificação.

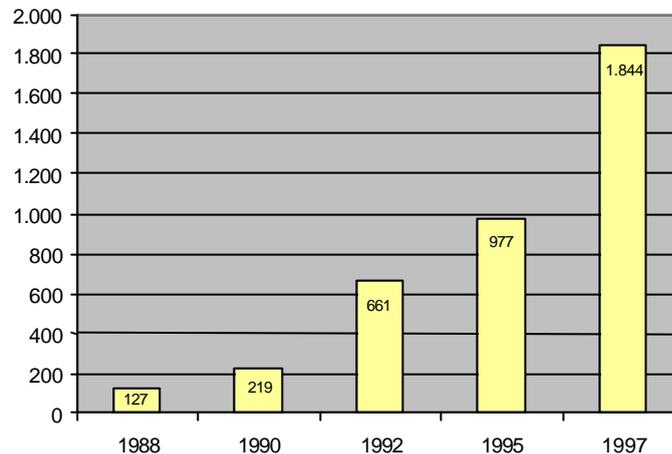
Em face das limitações e insuficiências assinaladas os desafios que estão colocados ao sistema de formação e às unidades empregadoras dirigem-se prioritariamente:

- à dinâmica das formações médias, destinadas às funções técnicas e de gestão nas empresas, por forma a melhorar a produtividade global do trabalho e aumentar a qualidade dos serviços prestados;
- à qualificação dos activos tanto numa perspectiva de reconversão profissional, como numa perspectiva de aperfeiçoamento para melhoria de desempenhos, a qual sugere a organização de acções ligadas às empresas;
- ao estímulo à formação de competências orientadas para lançar ou ajudar a amadurecer novas actividades no domínio dos serviços de apoio às empresas e às actividades urbanas e de especialização (p.e., assistência ao parque imobiliário, manutenção e reparação de unidades de alojamento);
- à estruturação de mecanismos de inovação que contribuam para a reorientação estratégica do tecido empresarial, justamente na perspectiva do desenvolvimento de novas actividades que signifiquem percorrer elos mais exigentes (e com outros níveis de produtividade) na cadeia de valor dos diferentes produtos e serviços regionais;

- à formação de empresários com vista a desenvolver competências em matéria de iniciativa empresarial e de gestão, em domínios cruciais para a modernização das estruturas empresariais.

A Região possui uma rede de instituições dos sub-sistemas de formação escolar (p.e., Universidade e Escolas de Hotelaria) e de formação profissional (Centro de Formação da Rede de Gestão Directa do IEFP - em actividade desde 1997), a par da consolidação de unidades de I&D integradas na Universidade (cerca de dezena e meia, distribuídas por diversos domínios científicos) e em organismos públicos (p.e., laboratórios e recursos de investigação da D. R. Agricultura no Patacão e laboratórios de aquacultura do IPIMAR, em Oihão).

Evolução da despesa total em I&D no Algarve
(em milhares de contos)



Nota: No ano de 1997 o investimento realizado pelas entidades do ensino superior ascendeu a 1,4 milhões de contos.

Estas unidades constituem recursos potenciais de excelência de grande relevância: numa primeira fase, na perspectiva da alteração de comportamentos e de preparação activa para os desenvolvimentos esperados da sociedade da informação e do conhecimento; e, numa segunda fase, na perspectiva da eficácia dos resultados, em termos de produtividade e de capacidade competitiva.

4. TERRITÓRIO E AMBIENTE

4.1. Organização territorial – uma visão de síntese

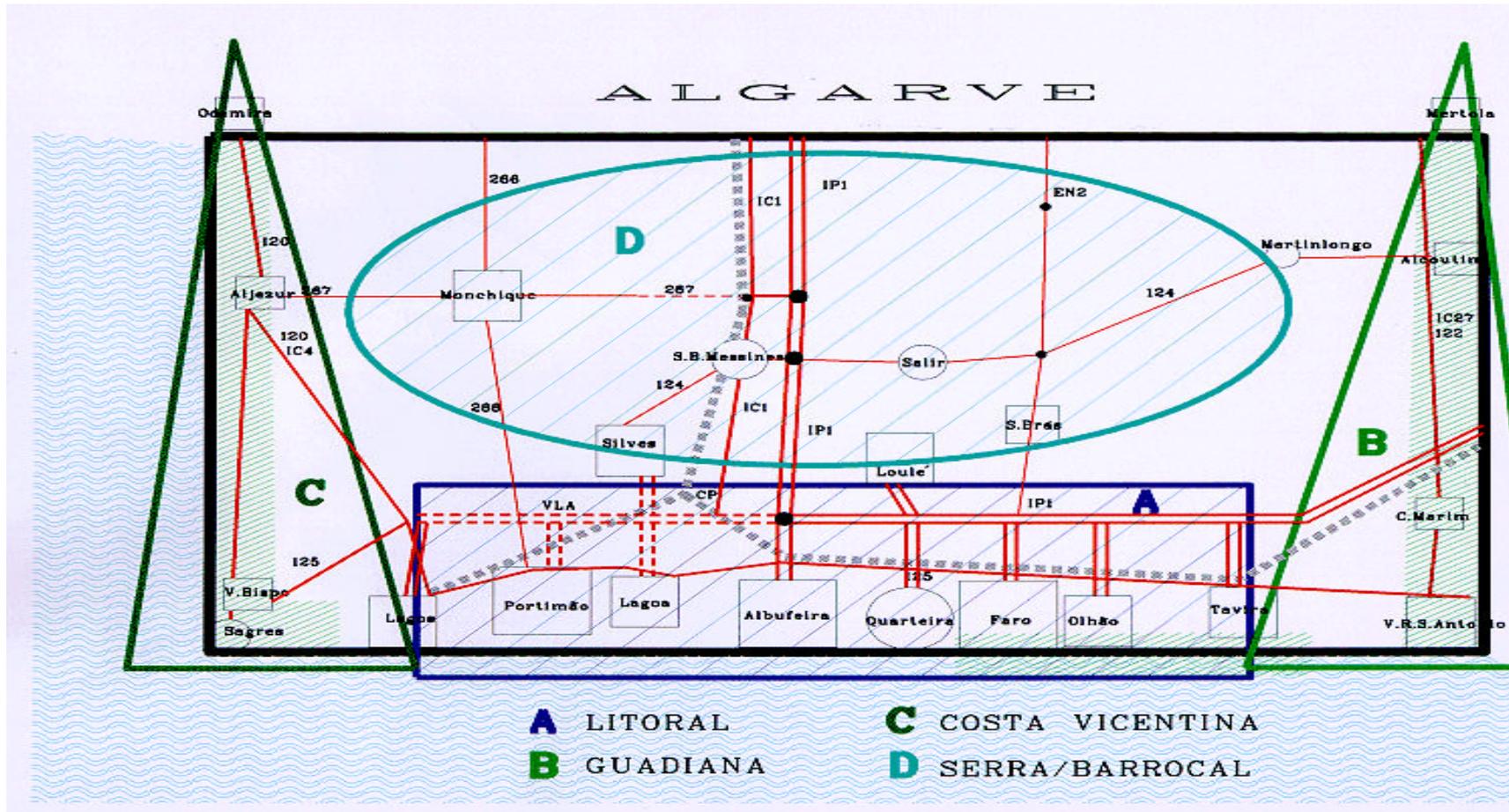
A transformação acentuada da vocação económica do Algarve nas últimas décadas andou de par com importantes mutações do modelo territorial, sendo visíveis duas importantes linhas de tendência: (i) uma pressão gradualmente mais intensa sobre os principais centros urbanos, nomeadamente daqueles que possuem maior vocação turística; (ii) uma redução dos dinamismos socio-demográficos, económicos e territoriais de diversos espaços não integrados no Litoral. Estas duas linhas de tendência devem estar presentes na formulação de opções estratégicas de desenvolvimento e de prioridades de investimento para a Região.

Na análise da organização territorial da Região, segundo as qualificações e especialização afirmadas e/ou vocacionadas distintas, podem identificar-se quatro sub-sistemas que espelham de forma directa ou multifacetada aquelas linhas de tendência:

- **Sub-sistema Litoral.** Abrange a faixa litoral entre Lagos e Tavira, intensamente urbanizada e onde os limiares de sustentabilidade se encontram mais ameaçados pela pressão demográfica, imobiliária e turística e que inclui uma área de elevado valor ambiental - a Ria Formosa;
- **Sub-sistema Costa Vicentina.** Abrange os espaços naturalizados integrados e envolventes do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, e locais com valor simbólico elevado;
- **Sub-sistema Guadiana.** Abrange os territórios de fronteira e espaços naturais de grande sensibilidade (Reserva Natural do Sapal de Castro Marim, V. R. Stº António e bacia do Guadiana), a par de núcleos urbanos com valor patrimonial (Tavira, V. R. Stº António, Alcoutim e Castro Marim);
- **Sub-sistema Serra/Barrocal.** Abrange uma área de transição entre a Serra despovoada e o Litoral e apresenta características predominantemente rurais, embora integre um conjunto de aglomerados disseminados com funções de abastecimento de bens e serviços às populações da Serra.

Estes três últimos sub-sistemas prolongam-se, em termos de realidades naturais e socioeconómicas pelo Alentejo.

Mapa dos sub-sistemas territoriais do Algarve



Relativamente à componente urbana da organização territorial (concentrada no sub-sistema litoral), alguns indicadores-chave evidenciam os reflexos do aprofundamento da especialização económica e funcional sobre a estruturação do espaço regional:

- **concentração da ocupação urbana numa estreita faixa do litoral associada à concentração espacial das actividades económicas:** cerca de 80% das áreas urbanas (centros tradicionais e zonas de ordenamento turístico) localizam-se na faixa litoral sul, concentram 4 em cada 5 camas existentes a nível regional, detêm a maior capacidade polarizadora de deslocações motivadas pelo acesso ao emprego e ao ensino, e concentram o maior número de unidades que compõem o sistema de equipamentos e serviços públicos com área de influência supra local, bem como a rede de serviços de apoio às empresas e de serviços de natureza social;
- **pressão sobre os equilíbrios ambientais e sobre a capacidade das redes de suporte (infraestruturas básicas e complementares),** fruto de um dinamismo demográfico assente em elevadas taxas de atracção com origem em todo o território nacional e do dinamismo de uma população flutuante com perfis de utilização sazonal de serviços e redes, sobre-dimensionadas em período normal. Esta pressão induz problemas de dupla face: por um lado, questiona a qualidade de vida dos residentes; por outro lado, diminui as condições de sustentabilidade, a prazo, da actividade turística.

Relativamente à **componente não litoralizada do padrão de ocupação do território** (que vamos encontrar de modo transversal nos restantes sub-sistemas) importa ter presente uma diversidade de dinâmicas socioeconómicas que rompe com lógicas dicotómicas patentes nas abordagens tradicionais da região Algarvia:

- **áreas de implantação de funções económicas** com importância empregadora e dinamismo crescente (actividades produtivas, armazenagem, distribuição,...), predominantemente localizadas ao longo da EN 125 de forma dispersa, criadas no último decénio e de ocupação recente; destacam-se neste perfil, as manchas de actividades existentes em Albufeira, Loulé e Olhão;
- **áreas de actividade agrícola** onde ocorre a associação entre o aproveitamento de oportunidades de mercado, os apoios à instalação de produtores e um conjunto de intervenções proporcionadas no quadro das medidas de acompanhamento da PAC; estas áreas ocupam solos na campina de Faro, em zonas do Barrocal e noutras, a caminho da Serra;

- **áreas de ruralidade intensa** predominantemente localizadas na serra algarvia e nas quais têm ocorrido intervenções sob iniciativa de associações de desenvolvimento local orientadas para a revitalização dos tecidos sócio-produtivos locais e a valorização das produções tradicionais (beneficiando, nomeadamente, de financiamentos no âmbito do PPDR – cinco Centros Rurais - e do LEADER II – dois Planos de Acção Local); as potencialidades de articulação destas áreas de paisagem natural que retêm tradições, produções genuínas e quadros de vida ruralizados, com as estratégias de enriquecimento do produto turístico regional, sugerem que lhes sejam atribuídos novos papéis no modelo territorial e na estratégia de desenvolvimento para a Região.

As dinâmicas sinteticamente descritas tem-se revelado geradoras de uma elevada mobilidade inter-urbana e de uma organização funcional interdependente e complementar. Importa relevar e sintetizar as consequências e traços negativos dessas dinâmicas bem como as vantagens, entretanto, construídas.

Do lado das *consequências e traços negativos*, são de destacar:

- a fragilidade do sistema urbano induzida, por um lado, pela grande dispersão geográfica dos investimentos e, por outro lado, pelos atrasos no prolongamento da Via do Infante, na conclusão dos vários acessos à mesma e na modernização da linha ferroviária litoral, obras de grande relevância para a coerência interna do sistema urbano regional por contribuírem para a integração e coesão das principais aglomerações urbanas;
- os processos intensivos de crescimento e transformação urbana das principais cidades e de modificação do seu papel no sistema económico e de crescimento urbanístico descontrolado, que originaram uma desestruturação urbana, com perda generalizada de qualidade urbanística e ambiental;
- a marginalização dos aglomerados urbanos não integrados no sub-sistema litoral face ao processo e dinâmica socioeconómica e turística regional que, sofrendo efeitos de sucção, viram aumentadas a sua vulnerabilidade e exclusão do processo de desenvolvimento regional;
- a rarefacção demográfica e de iniciativa das áreas rurais, numa espiral de desvitalização que pode comprometer em definitivo o aproveitamento e a valorização de recursos naturais e produtivos característicos dessas áreas.

- difusão de hábitos de consumo associados a uma maior capacidade aquisitiva, com reflexos sobre o comércio especializado e os serviços de proximidade urbanos;
- economias de escala e sinergias de proximidade, resultantes da dimensão física e das dinâmicas relacionais do passado que ajudaram a ampliar redes de equipamentos e de actividades concentradas, designadamente nos sectores imobiliário, do alojamento e da restauração;
- dimensão de aglomeração susceptível de gerar e dinamizar condições satisfatórias de afirmação regional e de projecção nacional e internacional.

4.2. Ambiente, valores naturais e biodiversidade

O enfoque das questões do ambiente, na perspectiva da construção de condições da competitividade regional, tem exigências específicas em matéria de prioridades de intervenção e também de condicionantes a observar, as quais não têm, necessariamente, de ser vistas como restrições podendo mesmo, no caso de espaços naturais de forte conteúdo cénico, integrar um produto turístico regional mais compósito.

No **domínio da biodiversidade e dos valores naturais**, a localização geográfica e as características biofísicas e edafo-climáticas do território Algarvio, modelado pela intervenção humana, deram origem a uma grande variedade de biótopos, ecossistemas e paisagens. Tais cenários propiciam um elevado número de *habitats* e albergam uma grande diversidade de espécies, realidade que é, maioritariamente, fruto de uma forma extensiva e tradicional de utilização da natureza e de construção da paisagem.

Reconhece-se que a paisagem algarvia é fruto de uma intensa humanização, onde a presença árabe é, sem dúvida, a que mais vestígios e influências deixou. Contudo, no decurso deste século o Algarve sofreu grandes modificações nas suas paisagens: na serra, as campanhas do trigo e de povoamentos florestais de espécies exóticas conduziram à desertificação física e humana do seu interior; no litoral, a paisagem tem sofrido profundas alterações resultantes, quer da criação de infraestruturas e equipamentos turísticos frequentemente mal localizados e dimensionados, quer da forte evolução da agricultura intensiva.

Todas estas modificações da paisagem e dos ecossistemas devem-se à existência simultânea de óptimos solos classificados e de excelentes praias, que em muito contribuíram para a fixação de população permanente e sazonal; de uma via

longitudinal (EN 125); e do Aeroporto Internacional de Faro, elementos organizadores por excelência do território regional. São comuns as situações de conflito entre as diversas actividades praticadas no território, devido à inexistência de uma gestão global integrada. É frequente a ocupação e destruição dos solos agrícolas e da sua fertilidade pela invasão de estruturas industriais e turísticas, a destruição de zonas costeiras por construções e usos abusivos que em muito ultrapassam a capacidade de carga do meio, a descarga directa de esgotos urbanos e industriais não tratados nas águas continentais, estuarinas, lagunares e costeiras.

Na perspectiva dos recursos do território associados à estratégia adquirem especial relevância os recursos hídricos, constituídos predominantemente pelas águas de superfície na Serra e pelos recursos subterrâneos no Barrocal e no Litoral.

Os processos de desertificação têm conduzido à degradação, mais ou menos acelerada, do solo nestas diferentes zonas sendo notórias a impermeabilização de vastas áreas, a par da degradação das águas subterrâneas, resultado do aumento das cargas poluentes com origem na agricultura e nos campos de golfe, e agravada pela sobre-utilização das reservas e pela sazonalidade da procura.⁽³⁾

⁽³⁾ Cf. *Programa de Acção Regional de Combate à Desertificação no Algarve* CCD - Ponto Focal Regional/Algarve, 1998.



No **domínio do ambiente** são hoje visíveis os efeitos negativos de um modelo de desenvolvimento muito centrado no aproveitamento de recursos da faixa litoral e que muito contribuiu para:

- a descaracterização da paisagem, quer através da construção desordenada, de erros arquitectónicos, da utilização de materiais de construção sem qualidade ou não enquadrados no ambiente da Região, etc.;
- a destruição de sistemas dunares; a degradação de arribas; os conflitos entre actividades económicas; o ruído;
- a degradação de ecossistemas de elevado valor ambiental; a insuficiência/ineficácia das infra-estruturas de saneamento básico,

tendo, como resultado final, reflexos negativos na qualidade de vida da população residente e afectando globalmente a população turística.

Em períodos mais recentes tem vindo progressivamente a notar-se uma crescente exigência e consciência ambientais do turista e do visitante, quer nacional quer estrangeiro, traduzida, por exemplo, pelo aumento do número de reclamações relativas a agressões ambientais. Do mesmo modo, cada vez mais os empresários turísticos pretendem ver associados os seus empreendimentos, como forma de os rentabilizar, a zonas isentas de problemas de natureza ambiental, tendo alguns deles concretizado já acções de valorização de espaços naturais de interesse que possuem, tirando partido dos mesmos para a sua actividade.

Estas preocupações indiciam que o Ambiente tem condições regionais e de mercado para ser considerado uma componente de um produto turístico mais compósito e qualificado e para se constituir, ele próprio, em factor de atracção de turistas, desenhando uma evolução com contornos novos no percurso do Turismo algarvio.

Mau grado o quadro atrás descrito, de inúmeras disfunções ambientais, o Algarve é ainda, no contexto nacional, *uma região de elevada qualidade ambiental*, e onde o esforço da Administração, Central e Local, tem sido relativamente bem sucedido, nomeadamente ao nível do tratamento de águas residuais, do abastecimento de água, dos resíduos sólidos, etc..

É desta qualidade ambiental que, no quadro de uma estratégia assente no Turismo e Lazer, importa tirar partido.

Paralelamente à utilização abusiva e pouco diversificada da faixa litoral, permanece praticamente virgem de intervenções toda a zona interior da Região, que possui *valores naturais interessantes do ponto de vista turístico* e que, salvaguardada a não repetição dos erros que conduziram às disfunções ambientais atrás diagnosticadas, deverão ser aproveitados.

Do mesmo modo, na zona litoral permanecem por explorar turisticamente outros recursos para além da praia.

Importa aqui referir que muitos dos erros que se cometeram, para além de serem o resultado de uma ausência de estratégia para a Região e para o próprio sector do Turismo e Lazer, advêm também da ausência, na época, de instrumentos de planeamento e ordenamento que entretanto se concretizaram ou estão em curso e que, de futuro, permitirão evitar ou minimizar situações idênticas.

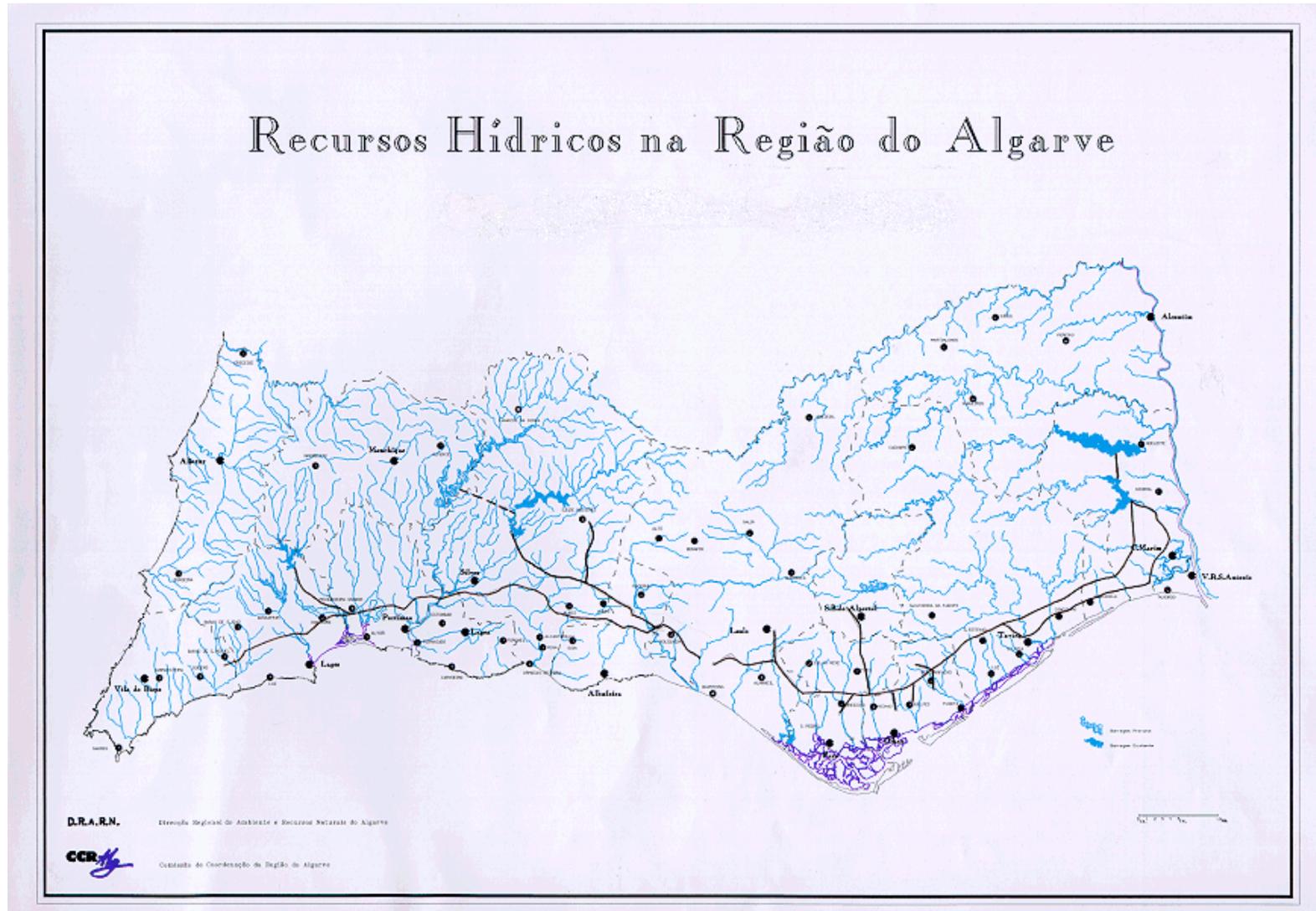
Em *síntese*, os principais traços de diagnóstico do macro-sistema "ambiente, valores naturais e biodiversidade" evidenciam um conjunto de traços negativos que se prefiguram como desvantagens (que devem ser corrigidas), a par de um conjunto de vantagens (que importa preservar e valorizar).

Do lado dos *traços negativos/desvantagens a corrigir*, são de destacar:

- a pressão urbanística no sub-sistema litoral onde ocorrem elevados níveis de sensibilidade ambiental;
- a insuficiência de meios humanos e materiais especializados a operar na área do ambiente, com reflexos na qualidade do mesmo;
- o atraso na execução dos sistemas de tratamento de águas residuais e na definição do respectivo modelo de gestão;
- as insuficiências no abastecimento de água aos concelhos não integrados nos sistemas multimunicipais do Barlavento e do Sotavento;
- os efeitos da erosão costeira sobre as arribas e as praias nas zonas de maior dinâmica de ocupação turística;
- os efeitos da contaminação dos aquíferos sobre a qualidade dos recursos hídricos.

Do lado das *condições favoráveis, a preservar e a valorizar como parte integrante e como recursos da estratégia regional*, são de destacar:

- a amenidade do clima e a beleza das paisagens e das praias;
- a classificação como património natural de áreas que incluem cerca de dois terços da costa;
- a constituição de reservas hídricas para abastecimento público nas Albufeiras de Funcho, Bravura, Odeleite, Beliche e, no futuro, Odelouca;
- elevados níveis de atendimento das populações nos domínios do abastecimento de água, do tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, fruto de importantes investimentos infraestruturais realizados e/ou em curso;
- paralelamente, e num contexto de transformação dos modelos de gestão, foram criadas empresas regionais vocacionadas para a execução, aplicação e gestão dos sistemas multimunicipais no domínio do abastecimento de água (Águas de Barlavento e Águas de Sotavento) e da recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (ALGAR);
- existência de instrumentos de ordenamento e de defesa e preservação das áreas de maior sensibilidade (Rede Natura 2000, PROT, PDM's, REN, RAN e POOC's);
- oportunidades resultantes, quer para a oferta de produtos turísticos associados ao ambiente, quer para a atracção de empresas e de quadros altamente qualificados que valorizam a qualidade climática e ambiental.



III. CONDICIONANTES, FACTORES DE MUDANÇA E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Mais que construir cenários contrastados de evolução no período 2000-2006 opta-se neste trabalho por equacionar, de modo sistemático, um conjunto de dimensões analíticas (Desvantagens/Vantagens/Factores de risco e de mudança vs. Desafios) cuja explicitação, em face do perfil de recursos, competências e dinâmicas territoriais, permitirá traçar uma visão estratégica para a Região no horizonte 2000-2006.

Esta formulação de síntese pretende valorizar uma visão evolutiva entre o “passado”, o “presente” e o “futuro” que: por um lado, dê conta de processos continuados de enriquecimento regional, fruto do investimento público e dos dinamismos privados, sobretudo no plano económico, que conjugadamente têm contribuído para atenuar desvantagens e afirmar vantagens do Algarve; e, por outro lado, ajude a desenhar as ambições, as influências e as condicionantes decisivas, num horizonte de mais longo prazo.

No quadro de **DESvantagens REGIONAIS** assinaladas registam-se *desvantagens consolidadas* (que decorrem de características naturais ou físicas, mas também dos limiares de investimento pré-existentes), *desvantagens em afirmação* (que decorrem da preparação insatisfatória para responder a novos fenómenos com origem na concorrência e na concertação de recursos e estratégias) e, finalmente, *desvantagens em declínio* (que decorrem das capacidades reveladas no passado recente para contrariar défices pré-existentes, nomeadamente em matéria de qualidade da especialização e do potencial humano).

No quadro **DAS VANTAGENS REGIONAIS** assinaladas, estas distinguem-se entre *vantagens permanentes* (que decorrem do padrão de recursos e da especialização), *vantagens em construção* (que decorrem da consolidação gradual das diversas frentes de investimento público, privado e associativo) e, finalmente, *vantagens em declínio* (ligadas, sobretudo, às novas dinâmicas de mercado e aos fenómenos concorrenciais).

No domínio dos **FACTORES DE RISCO E DE MUDANÇA VS. DESAFIOS** elege-se um conjunto de vectores que enquadram os movimentos de reestruturação em curso no seio da sociedade, da economia e do Estado e que são determinantes da evolução regional, nomeadamente, do ponto de vista das dinâmicas de integração e de gestão eficaz e eficiente dos recursos.

Os quadros seguintes sistematizam um breve exercício de identificação que retém os elementos fundamentais a ter presente, segundo a lógica apresentada.

Quadro-síntese das Desvantagens Regionais

Desvantagens Permanentes/Consolidadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização periférica no espaço nacional e europeu, num contexto de competição alargada e sem fronteiras ▪ Inexistência de um centro urbano regional, coerente e com dimensão crítica ▪ Níveis de rendimento regionais e capacidade aquisitiva dos fluxos predominantes da procura turística insuficientes para consolidar dinanismos económicos e empresariais regionais ▪ Empobrecimento do emprego (baixa tecnicidade dos postos de trabalho, deficiente enquadramento do factor trabalho – baixa produtividade)
Desvantagens em Afirmação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão de ocupação urbana da faixa territorial do centro algarvio que põe em causa equilíbrios ambientais e produz quadros de vida urbana desqualificada ▪ Escassa cooperação entre entidades públicas, associativas e agentes privados visando contratualizar a execução de projectos e iniciativas estruturantes ▪ Concorrência crescente de novos destinos turísticos aliada a uma política de baixas tarifas do transporte aéreo ▪ Pressão crescente dos operadores imobiliários para a ocupação de espaços não previstos para usos turísticos em áreas urbanas ▪ Integração funcional insatisfatória em diversas zonas do território onde coexistem funções dificilmente compatíveis (espaços de animação/residência/comércio)
Desvantagens em Declínio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente qualificação escolar e profissional dos recursos humanos (mercê do alargamento das formações médias e superiores) ▪ Forte sazonalidade das actividades turísticas e dos fluxos de emprego (mercê do alargamento da oferta de animação, golfe, congressos e incentivos) ▪ Diversidade de vocações insuficientemente exploradas relacionadas com a riqueza biológica e faunística e com as áreas litorais (mercê do desenvolvimento da Investigação e da integração temático-turística) ▪ Degradação urbano-ambiental de importantes centros urbanos (mercê do reforço dos investimentos no ambiente e na renovação urbana) ▪ Escassa fixação de factores modernos de competitividade empresarial (mercê da estruturação de Segmentos da oferta de serviços às empresas) ▪ Insuficiente capacidade dos movimentos associativos de base sectorial e regional, enquanto agentes da afirmação competitiva do Algarve (mercê do investimento técnico realizado e de uma gradual concertação de posições) ▪ Reduzida incorporação de factores de inovação e qualidade nos processos produtivos tradicionais (mercê da investigação experimental e da certificação apoiada em projectos financiados por programas comunitários e desenvolvidos em parceria)

Quadro-síntese das Vantagens Regionais

Vantagens Permanentes/Consolidadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aménidade do clima em todo o território proporcionando condições excepcionais de intenso usufruto da natureza e do espaço público ▪ Destino com condições satisfatórias de segurança ▪ Extensão, diversidade e riqueza da costa sul e ocidental ▪ Valor patrimonial dos ecossistemas naturais (áreas de paisagem protegida, parques naturais e paisagem serrana) ▪ Valor patrimonial e importância histórico-cultural de lugares e centros urbanos ▪ Crescente especialização nas actividades turísticas e imobiliárias com fixação de capacidades e experiências empresariais e profissionais ▪ Desenvolvimento do ensino superior, associado à existência de centros de investigação ▪ Abertura às regiões espanholas captando crescentes fluxos de visitantes ▪ Crescente articulação territorial com as áreas mais desenvolvidas do país, designadamente com a zona da Grande Lisboa
Vantagens em Afirmação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitação de espaços urbanos, designadamente das zonas históricas das cidades e preservação das aldeias rurais ▪ Capacidade de interconexão intra e inter-regional, ibérica e europeia ▪ Rede de infra-estruturas nos domínios da educação e da saúde no horizonte do ano 2000 ▪ Níveis de cobertura e atendimento ambiental (abastecimento de água, rede de esgotos e tratamento de resíduos sólidos e urbanos) superiores à média nacional ▪ Conclusão, a médio prazo, da rede rodoviária inter-regional e intra-regional ▪ Consolidação de investimentos de novos operadores imobiliário-turísticos dotados de maior capacidade e enquadramento estratégico (grupos empresariais nacionais e estrangeiros) ▪ Capacidade de investigação aplicada e de valorização económica ligadas ao perfil de recursos agro-florestais, marinhos e de energias renováveis ▪ Aumento da oferta de serviços especializados às empresas respondendo a novas procuras e fixando recursos humanos qualificados ▪ Crescente certificação das produções tradicionais, numa fase em que beneficiam de uma maior atenção da procura interna e externa
Vantagens em Declínio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacidade de atracção sobre mercados tradicionais de origem dos maiores fluxos de turistas (em resultado da concorrência movida por novos produtos e mercados de destino) ▪ Potencial de abastecimento regional de <i>inputs</i> a montante da cadeia de valor do turismo/lazer, face ao predomínio de estratégias de compra combinada (centrais de compra e acordos com operadores globais) ▪ Actividades baseadas no binómio "recursos endógenos/baixos salários", face à emergência e dinamismo de actividades centradas nas competências

**Factores de risco e de mudança vs. Desafios
segundo eixos-chave de análise prospectiva**

1. Demografia/Coesão Social/Solidariedade Territorial

FACTORES DE RISCO E DE MUDANÇA	DESAFIOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução do peso relativo dos estratos etários mais jovens 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pressão sobre o sistema de formação escolar e profissional
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação de segmentos da população em idade activa sujeitos a mudanças nos seus perfis de competências 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceber e desenvolver uma lógica de renovação permanente de conhecimentos (formação ao longo da vida activa)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alargamento do peso relativo dos idosos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitamento social de competências e capacidade de iniciativa (atitude próactiva) e desenvolvimento da oferta de equipamentos sociais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento gradual de grupos sociais em situação de desfavorecimento (grupos de risco, idosos, famílias monoparentais, crianças, ...) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alargamento da rede de equipamentos sociais, a nível urbano e nos meios rurais, dotados de soluções flexíveis e recursos humanos qualificados para responder às situações de maior afastamento e de maior risco (p.e., toxicoddependência)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Risco de aprofundamento dos desequilíbrios entre a faixa litoral e os aglomerados de menor dimensão e aldeias rurais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação de solidariedades territoriais mais intensas em matéria de acessibilidades intra-regionais, de ordenamento agro-florestal, de criação de redes de equipamentos e serviços colectivos

2. Globalização e construção da União Económica e Monetária

FACTORES DE RISCO E DE MUDANÇA	DESAFIOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Introdução da moeda única – alarga o mercado interno europeu e reforça a mobilidade dos fluxos turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço dos mecanismos de concorrência, obrigando a estabelecer acordos de cooperação entre operadores
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução gradual das ofertas sem qualidade e sem capacidade diferenciadora face aos mercados turísticos emergentes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de uma oferta composta centrada nos vectores do património natural e construído, da animação e do lazer, ligados aos pólos de especialização actual
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contenção dos orçamentos públicos sob a égide do Pacto de Estabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Constituição de novas parcerias para o desenvolvimento das infra-estruturas, da protecção ambiental e da valorização de património, essenciais aos produtos turísticos de maior valor acrescentado
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução gradual do potencial competitivo das actividades centradas no aproveitamento de recursos (predominantes na matriz produtiva regional) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de novas competências (ambiente urbano, serviços de excelência, recursos humanos altamente qualificados,...) orientados para atrair novas actividades com maior retorno na cadeia de valor
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perda de capacidade competitiva das actividades de especialização, resultante de desequilíbrios e ineficiências associadas a dispositivos de suporte (p.e., custo de factores dependentes da distância-tempo, congestionamento viário e do espaço urbano) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conclusão de infraestruturas prioritárias de apoio à actividade produtiva ▪ Ordenamento da logística e dos parques de actividades ▪ Abastecimento energético em condições de eficiência ▪ Completamento da rede de acessibilidades fundamentais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Riscos de acentuação da dependência regional no espaço nacional (face a Lisboa) e no espaço ibérico (face a Sevilha), cidades que disputam a liderança do espaço económico algarvio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Afirmação do sistema urbano-regional em torno de dois polígonos polarizados por Faro e Portimão com fixação de recursos e equipamentos geradores de adequadas massas críticas para a atracção de fluxos de investimento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novas orientações para a programação e gestão dos fundos estruturais, no contexto do alargamento da União Europeia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior articulação de esforços na gestão de recursos de investimento (comunitários e nacionais-públicos e privados), num contexto de ampliação de efeitos (eficácia externa) e de redução de custos (eficiência interna)

3. Reforma dos mecanismos de Gestão e Administração do Estado

FACTORES DE RISCO E DE MUDANÇA	DESAFIOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente aproveitamento e resultados insatisfatórios na utilização dos recursos de financiamento público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da eficácia e eficiência na mobilização/utilização e gestão de recursos públicos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversidade de instrumentos de planeamento e ordenamento, nem sempre claros nas consequências para os particulares e nas zonas de interface de competências entre órgãos da Administração 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articulação dos instrumentos de planeamento e ordenamento urbano para racionalizar o uso e ocupação do solo e para viabilizar actuações concertadas sobre o território (urbano e rural)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novas atribuições e competências em fase de transferência para os municípios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reformulação dos instrumentos de gestão municipal, nomeadamente nos planos financeiro e da capacitação técnica, numa perspectiva inter-municipal
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tendência crescente para a concertação de objectivos regionais, em vista da gestão e desenvolvimento de projectos e acções 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enriquecer a delimitação de atribuições e competências entre organismos desconcentrados da Administração e entre estes e outras entidades públicas, as associações e os operadores privados
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição insatisfatória de atribuições e competências a nível regional, consentâneas com a necessidade de reforçar mecanismos de coordenação indispensáveis à afirmação do potencial da Região 	

IV. EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO

1. CONFIGURAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O ALGARVE NA VIRAGEM PARA O SÉCULO XXI

As reflexões que deixamos em torno da construção de uma estratégia de desenvolvimento e especialização para a Região do Algarve assumem, com clareza, que o principal desafio que se coloca ao seu desenvolvimento é o **desafio da competitividade** (entendida como capacidade de criar riqueza e empregos validados no terreno da globalização das actividades económicas) **sustentada** (entendida como processo dotado de coerência e força endógena para se renovar e difundir).

A Região do Algarve só se pode desenvolver - entenda-se no sentido de "correr" mais depressa no bom caminho do que outras regiões, no contexto europeu e mundial, e, não apenas de "correr" no bom caminho ou de "correr" mais depressa - se souber escolher *influências externas* de forma selectiva e favorecer, de forma igualmente selectiva, *capacidades internas*.

Uma estratégia para a Região do Algarve é, também, uma afirmação de zonas de "não-escolha", isto é, a realização acelerada de todo um conjunto de "obras" sucessivamente adiadas e a necessidade de acelerar o ritmo de realização de todas as outras (o "ritmo" lento de funcionamento da decisão e da execução não é uma característica secundária do nosso sub-desenvolvimento).

Neste quadro podem ser apontados como principais grandes desafios :

- a) os desafios do enriquecimento e diversificação das funções desempenhadas pela Região no quadro mais geral da estruturação dos espaços onde se insere - o espaço nacional e o espaço europeu;
- b) os desafios da afirmação regional com base numa capacidade endógena suficiente para gerar iniciativas e acções de desenvolvimento económico, social e ambiental protagonizadas por agentes económicos e políticos com estratégias centradas nas suas próprias potencialidades e limitações;
- c) os desafios do desenvolvimento de novos factores de atracção e conservação da localização das actividades económicas estruturantes;

- d) os desafios do relacionamento com outros espaços regionais, nomeadamente os centros de rendimento/consumo, nacionais e estrangeiros, que se configuram como seus grandes "clientes", os centros turísticos que se configuram como seus principais concorrentes e os espaços menos desenvolvidos, da Serra algarvia e do Alentejo;
- e) os desafios da redução da periferia mercê do aprofundamento da base económica da cooperação transfronteiriça e do lançamento e conclusão das acessibilidades estruturantes da internacionalização do Algarve;
- f) os desafios do arrastamento da capacidade motora do turismo e do lazer em direcção às actividades tradicionais (agricultura, pescas e indústrias associadas) e a novas possibilidades de alargamento da cadeia de valor das actividades económicas;
- g) os desafios da implantação participada de formas de flexibilidade organizacional, necessariamente valorizadoras do desenvolvimento e qualificação generalizada dos recursos humanos em sintonia com um imprescindível "upgrading" tecnológico, valorizador das capacidades instaladas nas unidades de I&D regionais;
- h) os desafios da promoção da qualificação urbanística e territorial aliando a renovação dos instrumentos de planeamento, alicerçada em planos-programas de acção, à desejável contratualização entre as entidades e os operadores intervenientes;
- i) os desafios do aprofundamento das intervenções no domínio do ambiente e de conservação da natureza, orientadas para qualificar os espaços urbanos e rurais, enquanto factor de competitividade regional e de qualidade de vida dos residentes;
- j) os desafios da promoção da coesão económica e social, encarada como objectivo regional, nacional e comunitário e traduzida, por um lado, no acesso duradouro das populações a melhores condições de vida alicerçadas em ganhos generalizados de produtividade e, por outro lado, no reforço das relações de solidariedade entre o Litoral e os territórios não litoralizados.

A promoção de uma estratégia de desenvolvimento para o Algarve pressupõe uma leitura própria destes desafios, num processo que não se esgota no primado da iniciativa estatal e do financiamento público antes pressupõe uma atitude de concertação permanente (de recursos e de iniciativas) entre entidades públicas, privadas e associativas, e de procura de uma actuação de excelência.

A evolução do processo de reorganização administrativa do Estado português, nomeadamente no que respeita à evolução das estruturas e competências localizadas em torno das actuais CCR's, terá reflexos importantes embora não possa ser encarada como o factor determinante da prossecução daquela estratégia. Com efeito, é na estruturação do sistema institucional de gestão das intervenções públicas em matéria de administração do desenvolvimento - nomeadamente no que se refere às relações entre as tutelas dos sectores produtivos e dos domínios de suportes e redes -, que se pode influenciar a orientação e a eficácia dos objectivos da estratégia de desenvolvimento.

2. DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DA BASE ECONÓMICA - O DESAFIO DA ESPECIALIZAÇÃO

O diagnóstico realizado e os desafios colocados desenham fortes probabilidades para a abertura de um ciclo de renovação e mudança que estabelece os contornos de um **novo modelo de desenvolvimento estratégico da base económica do Algarve**, os quais podem ser sistematizados em torno de três grandes eixos.

Eixo 1 - Assumir com determinação a especialização no complexo de actividades do Turismo/Lazer como o pólo dinamizador e catalisador do crescimento económico da Região

Esta opção implica, a prazo, duas rupturas: em primeiro lugar implica romper com a miragem de uma diversificação de actividades sempre adiada (procurando ter de "tudo um pouco"); e, em segundo lugar, implica romper com um caminho de oferta turística sempre e progressivamente limitado pela pressão sobre os recursos e o ambiente, pela sazonalidade, pela forte concentração dos produtos e dos mercados emissores, pelo nível da despesa no local e pela duração das estadas.

O desenvolvimento desta opção deve implicar, por outro lado, duas "construções" novas:

- (a) **Não confundir, no plano das ideias, especialização com concentração.** A especialização que propomos corresponde a um modelo de aprofundamento das relações, a montante e a jusante, das actividades turísticas e de lazer, com todas as outras actividades económicas, em particular: o agro-alimentar, as indústrias de construção e equipamento doméstico, as actividades comerciais, os serviços de logística e manutenção (incluindo o arranjo e a manutenção de espaços verdes), o

artesanato, as actividades culturais e de animação e ocupação de tempos livres, e os equipamentos e serviços na esfera da saúde.

- (b) **Assumir uma verdadeira estratégia de complexo de actividades.** Uma estratégia que integre no Turismo e Lazer actividades e serviços de suporte e comercialização, diversificando produtos e mercados, disputando margens e receitas, optimizando efeitos de arrastamento a montante e de difusão a jusante, superando a sazonalidade com modelos próprios de animação e captação de fluxos turísticos.

É nesta nova perspectiva que se devem integrar actividades tradicionalmente afastadas da cadeia de valor do Turismo mas que lhe podem oferecer (beneficiando em contrapartida de fluxos de procura e de rendimento) condições de reprodução alargada em diversos cachos de actividades de que são exemplo:

- a revitalização dos centros e áreas rurais, com fixação de equipamentos e serviços de proximidade e animação do mosaico de actividades próprio dessas áreas (produções tradicionais genuínas, gastronomia, artesanato, etc.); no domínio dos equipamentos, a telemática adquire especial relevância;
- a instalação de equipamentos de saúde em resposta a necessidades sociais locais mas desenvolvendo ofertas específicas, p.e., no domínio da geriatria e da medicina física e de reabilitação, de importância crucial para sustentar um segmento de turismo de maior idade.

O Diagrama seguinte sistematiza o complexo de actividades que corresponde àquele modelo de aprofundamento da matriz de relações económicas, sociais e territoriais, um complexo que deve ser dinamizado pela busca permanente do alargamento da cadeia de valor do Turismo/ Lazer.



A par destas “construções” novas, indispensáveis para sustentar a opção de especialização no complexo de actividades do Turismo/Lazer, importa reflectir as implicações para o tecido económico regional da função de pólo dinamizador e catalisador daquele complexo.

Identificam-se seis áreas-chave de impacte potencial, representadas no Diagrama anterior:

- a) **Actividades primárias e de 1ª transformação.** O conjunto de produções alimentares com origem na pesca e na agricultura não estabeleceram ainda uma relação normal de mercado com a procura regional, designadamente daquela que é originada pela restauração.

A organização das produções primárias, preenchendo requisitos de qualidade, de normalização, de acondicionamento e conservação adequados às necessidades da procura regional, permitiria ultrapassar aquele desfasamento. São, sobretudo, de relevar as potencialidades ligadas à pesca e aquacultura (peixe fresco, marisco, bivalves,...), às produções horto-frutícolas (em fresco, semi-cozinhadas, ou embaladas em vácuo) e as culturas agro-biológicas que começam a dar os primeiros passos, com um mercado promissor.

Ainda no plano alimentar, existe um leque enriquecido de produções tradicionais da serra algarvia (dos frutos secos à doçaria regional e ao mel, do queijo de cabra aos enchidos, do artesanato à gastronomia) que, após adequada certificação, podem beneficiar de uma relação mais intensa com os visitantes que procuram o litoral e o conhecimento ligado das áreas rurais e valores naturais contribuindo, assim, para manter limiares satisfatórios de actividade no interior.

- b) **Actividades da construção.** O desenvolvimento da oferta imobiliária para uso turístico e de lazer, e sobretudo, o lançamento de projectos de recuperação de edifícios, de reabilitação urbana (espaço público e habitações), de manutenção e reparação de alojamento hoteleiro, criam oportunidades económicas para a (re) organização da fileira de actividades da construção. Esta (re)organização deve envolver, no espaço regional, os *inputs* primários (barros, sienitos, brecha,...), tecnologias da construção (a partir de recursos do ensino superior, politécnico e universitário), actividades de atelier (projecto, design, recuperação da arquitectura tradicional), redes de contratação e sub-contratação (gestão de obra, especialidades,...).
- c) **Serviços de apoio à actividade económica.** Numa óptica de qualificação e enriquecimento do tecido empresarial da Região, o desenvolvimento da oferta de serviços de excelência em áreas técnicas e de gestão é indispensável e preenche lacunas reconhecidas. São lacunas tanto nos domínios mais exigentes do marketing, da qualidade, do design, do apoio à gestão, como em domínios mais próximos da manutenção e reparação de instalações e equipamentos e do arrendamento e manutenção de espaços verdes (neste caso com procuras diferenciadas, públicas e de particulares). Daqui decorrem oportunidades económicas susceptíveis de estruturação de tipo empresarial e de incorporação de recursos de iniciativa e qualificações médias e superiores, nomeadamente.
- d) **Comércio tradicional e especializado.** A renovação das economias urbanas, como elo da Estratégia regional, deve ter nas actividades comerciais um vector importante aproveitando, nomeadamente: as dinâmicas de diferentes segmentos da procura interna e externa com capacidade aquisitiva; os investimentos de modernização, na sequência das intervenções de urbanismo comercial em curso em várias cidades do Algarve.

Na articulação com as actividades do turismo e do lazer surgem oportunidades importantes em áreas de comércio especializado (p.e., equipamento desportivo,

artigos para pesca desportiva, caça submarina, náutica de recreio⁽⁴⁾), e em áreas de comércio tradicional que possam evoluir, p.e., para lojas de tradição.

- e) **Serviços de proximidade (pessoais e colectivos)**. As dinâmicas urbanas e de fluxos de visitantes induzem uma procura de serviços de natureza pessoal cuja existência constitui, frequentemente, um factor de atracção/repulsão na fixação de populações resultante do factor proximidade que é decisivo no perfil de procura desses serviços. O desenvolvimento das actividades complementares e a jusante do complexo turismo/lazer tem aqui um campo fértil para o florescimento de actividades caracterizadas pelas reduzidas barreiras à entrada e que se deparam com capacidades aquisitivas e propensões ao consumo elevadas. Paralelamente, há um conjunto de serviços de apoio à infância e à 3ª idade vincadamente sociais, com procuras não só urbanas como rurais, e em ambos os casos parcialmente estimulados pelos turistas com maior estada média. São serviços diversos nos domínios da educação, da saúde e da acção social, cujas dinâmicas de prestação no Algarve são insatisfatórias, e que criam uma margem alargada de oportunidades, na óptica da iniciativa e do emprego.
- f) **Património e Cultura**. A área da cultura constitui um factor de grande relevância, aspecto que se encontra particularmente reforçado no que respeita ao Algarve podendo, em articulação com a reabilitação, a conservação e a divulgação do património histórico, constituir um factor de desenvolvimento da actividade turística. A construção deste objectivo específico pressupõe o apoio explícito ao valor patrimonial e à importância histórico-cultural de lugares e centros urbanos, na óptica da sua reabilitação, designadamente das zonas históricas das cidades e a preservação das aldeias rurais.

Este enfoque pretende dar adequado relevo aos recursos urbanos como elemento forte de composição do produto turístico traduzindo a crescente procura dos valores de património, da história e da cultura locais, mas também das vivências urbanas, da qualidade dos serviços oferecidos, dos eventos programados, eruditos ou de entretenimento típico. Trata-se de requalificar e revitalizar os recursos urbanos (do património construído à gestão quotidiana das actividades) numa perspectiva de valorização económica à qual a fidelização dos visitantes pode assegurar os fluxos de procura e de rendimento indispensáveis.

⁽⁴⁾ Trata-se, nomeadamente, de ampliar os exemplos de lojas especializadas com influência supra-regional como acontece, p.e., em Olhão com lojas de artigos para a pesca desportiva, a caça submarina e a náutica de recreio, com clientes de Lisboa e da Andaluzia.

Eixo 2 - Construir um novo paradigma para competir no novo quadro da UEM

Esta construção implica trabalhar duas dimensões da competitividade económica regional, com lógicas de mercado e organização de recursos distintos, mas ambas fortemente marcadas pela realização do mercado interno europeu e pela UEM:

- por um lado, a dimensão dos desafios da especialização económica confrontada com a necessidade de alargamento da cadeia de valor;
- por outro lado, a dimensão do aproveitamento de recursos produtivos da Região, com carácter específico e potenciais de mercado em afirmação crescente.

(a) Os desafios da aposta no complexo de actividades do Turismo/Lazer

A construção de um novo paradigma competitivo para o Turismo regional implica fazer escolhas claras entre caminhos diferentes.

Entre: (i) uma cadeia de valor limitada e um produto insuficientemente diferenciado associado a uma comercialização dependente que constituem um modelo destinado ao esgotamento, com receitas limitadas e sazonalidade persistente; e (ii) uma maior articulação com as outras actividades (agricultura, indústria e serviços, cultura, lazer, património) que, alargando a cadeia de valor com diferenciação dos produtos numa lógica integrada de comercialização, pode abrir um novo ciclo de consolidação e crescimento com receitas acrescidas e sazonalidade diminuída [Integrar, diferenciar e qualificar uma oferta valorizada !].

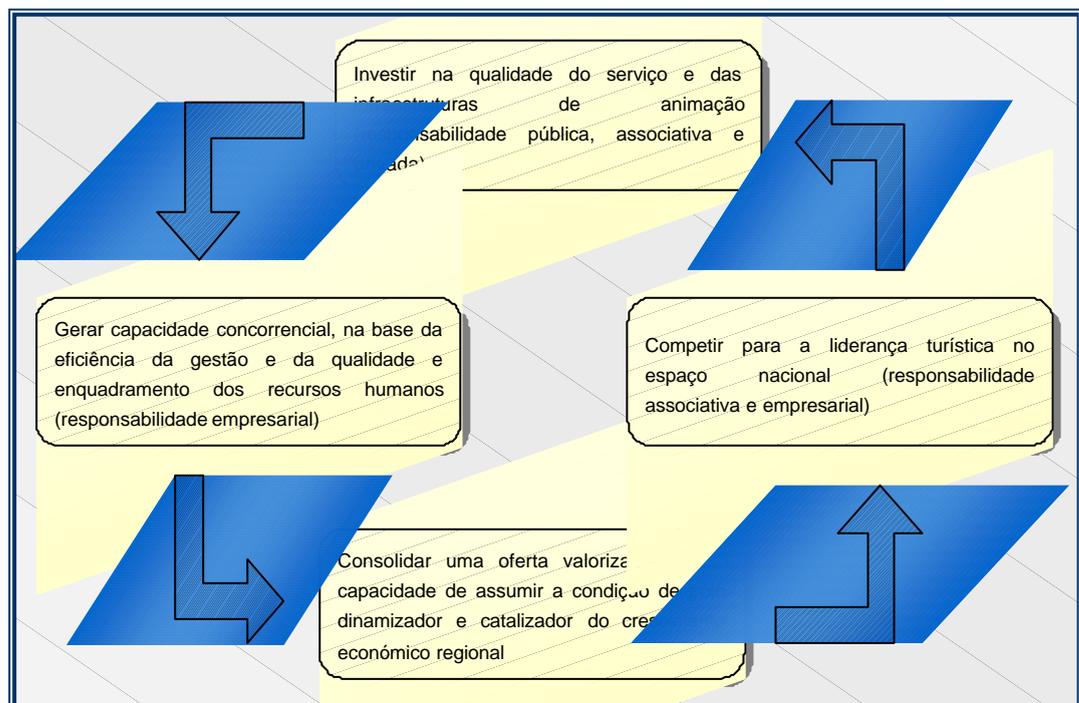
*Entre: (i) um turismo que está em Portugal e oferece produtos insuficientemente desenvolvidos e promovidos (lógica do recurso/produto dependente da *competitividade-custo*); e (ii) um turismo português que precisa de estar, também, fora de Portugal para propiciar uma acção global de promoção de capacidade empresarial e imagem renovada à escala internacional (lógica do valor/serviço) com acento na *competitividade-não custo*.*

Entre: (i) ser competitivo sem real poder de mercado, posicionamento cada vez menos possível (os recursos naturais antes "baratos" são hoje "caros" e escassos; e a taxa de câmbio já não pode ajudar); e (ii) ser competitivo desenvolvendo obrigatoriamente a qualidade do serviço, melhorando a organização, formando competências e ganhando

poder concorrencial que polarize outras actividades suportando o valor acrescentado no turismo *[Acelerar infra-estruturas, gerar animação, criar valor !]*.

A competitividade da base económica do Algarve passa, assim, por expectativas ampliadas em relação a alguns momentos de notoriedade em cada ano, traduzidas no disputar consequente de um papel de liderança na condução das acções de desenvolvimento turístico do país *[o Algarve como "capital" turística de um Portugal que se assuma como potência turística europeia e mundial]*.

Esta construção implica, também e sobretudo, o desenvolvimento de um conjunto articulado de iniciativas tendentes a produzir um salto qualitativo nas competências humanas (capacidade de empreender, capacidade empresarial, eficiência na gestão e qualificação de recursos humanos a todos os níveis) e nos serviços de apoio às empresas (comunicações, logística, manutenção, tecnologia, informação, organização, ...).



A sustentabilidade das actividades de animação, cultura e entretenimento e a obtenção de uma massa crítica apreciável nas actividades de ciência e tecnologia que, se tornam imprescindíveis no modelo proposto, só poderão ser alcançadas com base numa conjugação de esforços de iniciativas empresariais e iniciativas institucionais que sejam credíveis e, sobretudo, revelem capacidade de atracção e fixação de recursos humanos de excelência.

Os elementos destacados deixam claro que os desafios que se colocam são de uma grande exigência e com factores de risco não negligenciáveis que porão à prova a capacidade empresarial para competir e absorver as dinâmicas positivas das procuras tradicionais e emergentes, o que pressupõe uma apropriação estratégica dos sistemas de incentivos, corrigindo o efeito massificador do passado. É justamente por isso que no futuro próximo a concertação de iniciativas entre os órgãos e entidades da Administração (regulação do exercício da actividade económica, do ordenamento do território, da formação de activos e empresários, etc.) e as associações empresariais assume uma importância decisiva, criando as condições subjectivas para qualificar o investimento, de modo a permitir, a médio prazo, romper com um ciclo de empobrecimento da cadeia de valor regional, em favor da construção de um novo *ciclo virtuoso*.

As opções estratégicas em torno do complexo de actividades do turismo e do lazer se, por um lado, valorizam o efeito dinamizador a montante e a jusante do turismo, por outro lado, pressupõem um conjunto de actuações e de mudanças centradas no núcleo central das actividades turísticas no sentido de melhor aproveitar as sinergias existentes.

Os vectores seguintes desempenham uma função crucial na qualificação **e aposta estratégica em torno de um novo papel para as actividades turísticas regionais**:

- **qualidade do serviço**, tanto nas unidades de alojamento e da restauração como nos restantes estabelecimentos que prestam serviço aos turistas o que pressupõe alteração das práticas de gestão e de organização e a fixação de competências pessoais e profissionais;
- **reclassificação do alojamento hoteleiro**, associado ao estímulo à construção de novos empreendimentos de categoria superior que reforcem os pólos de qualidade;

- **concertação dos operadores do sector**, com o objectivo de criar um instrumento próprio suficientemente forte face à concorrência dos “tour-operators”, capaz de reforçar a capacidade negocial do produto turístico e de ampliar a absorção regional do valor acrescentado gerado pelo sector;
- **estruturas desportivas** que reforcem a oferta existente e funcionem como elementos de atracção frequente para a Região de turistas e praticantes, profissionais e amadores, nacionais e estrangeiros;
- **consolidação do segmento de congressos e incentivos**, aliando o investimento público em espaços com dimensão adequada à atracção de grandes eventos e iniciativas, à promoção organizada de espaços existentes de menor dimensão; a natureza dos investimentos em causa e a importância estratégica destes equipamentos, sugerem a necessidade de desenvolver modalidades de gestão eficaz e eficiente;
- **redes de equipamentos culturais e de animação** susceptíveis de fidelizar segmentos da clientela com capacidade aquisitiva e disponíveis para aumentar o perfil de gastos perante uma oferta regular de iniciativas e manifestações culturais e de animação;
- **consolidação dos equipamentos na área da náutica de recreio** (portos e equipamentos complementares) reforçando os factores de atracção do destino turístico algarvio na competição directa com outros pólos da oferta, nacionais e europeus;
- **aprofundamento de lógicas de investimento integrado no complexo lazer**, encarando o conjunto de actividades da esfera do lazer como oportunidades de negócio (imobiliário, espaços verdes, ocupação de tempos livres, circuitos paisagísticos,...).

(b) Os desafios da aposta nos recursos produtivos regionais com potencial no mercado

O Algarve alberga no seu solo, sub-solo e costa marítima um conjunto rico de recursos que tem merecido um aproveitamento produtivo com tradição mas insuficiente incorporação de valor regional. Estão neste caso a alfarroba, a cortiça, a brecha, os sienitos, o sal-marinho, o sal-gema que, a par dos moluscos e dos bivalves, têm

evidenciado capacidade de penetração em mercados externos. Relativamente a estas produções específicas deve ser colocado o desafio de aumentar os níveis de incorporação de valor, designadamente a partir de uma relação mais profícua com acções e projectos de inovação e desenvolvimento.

A existência de capacidades científicas (equipamentos e investigadores) em Unidades de I&D ligadas à Universidade e a Institutos Públicos com núcleos sedeados no Algarve, tem proporcionado o desenvolvimento de projectos nas áreas da biotecnologia, da biologia marítima, da engenharia alimentar, das energias renováveis e da sociedade da informação, projectos cujo desenvolvimento experimental e aplicação pode ampliar as condições de incorporação de valor e de penetração de mercado daquelas produções.

O desenvolvimento de uma relação virtuosa que rompa com o cenário limitado de simples incorporação de matérias-primas, em favor de soluções que incorporem matéria-prima e conhecimento e reforcem os índices de valor acrescentado regional, pressupõe um conjunto articulado de iniciativas onde a Universidade do Algarve, a par de outras instituições públicas e associativas, assume um papel relevante transferindo capacidades em matéria de gestão e de inovação.

De entre estas iniciativas destacam-se, como especialmente relevantes e valorizadoras de capacidades e experiências pré-existentes, as seguintes actuações:

- . Aproveitamento de energias renováveis (eólica, solar, das ondas e biomassa), diversificando fontes de abastecimento e promovendo uma melhor integração ambiental;
- . Desenvolvimento de projectos-piloto no domínio da exploração e gestão florestal, incluindo a investigação dedicada ao desenvolvimento de espécies e ao tratamento de pragas indígenas;
- . Aprofundamento de projectos de cooperação Universidade-indústria, nomeadamente nos domínios da biotecnologia e da engenharia alimentar, contribuindo para uma melhor valorização e capacidade competitiva dos recursos naturais com potencial específico de transformação;
- . Construção das infra-estruturas e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos produtos da sociedade da informação, envolvendo nessa aposta recursos da Universidade, designadamente nos aspectos ligados à concepção e gestão de sistema de informação (Base de Dados Algarve) e à universalização da utilização

daqueles produtos do conhecimento, proporcionados pelas novas tecnologias da informação.

Eixo 3 - *Alargar as fronteiras internas de crescimento e reforçar e alargar os canais de ligação nacional, ibérica, europeia e mundial do Algarve*

O novo modelo de desenvolvimento da base económica do Algarve implica um alargamento das fronteiras internas, obrigando a pensar, em conjunto, a valorização dos diferentes espaços - Litoral, Barrocal e Serra – devendo ser um modelo de desconcentração de actividades, nomeadamente no que respeita à pressão sobre os recursos, o ambiente e a paisagem, e de reequilíbrio na qualificação infra-estrutural.

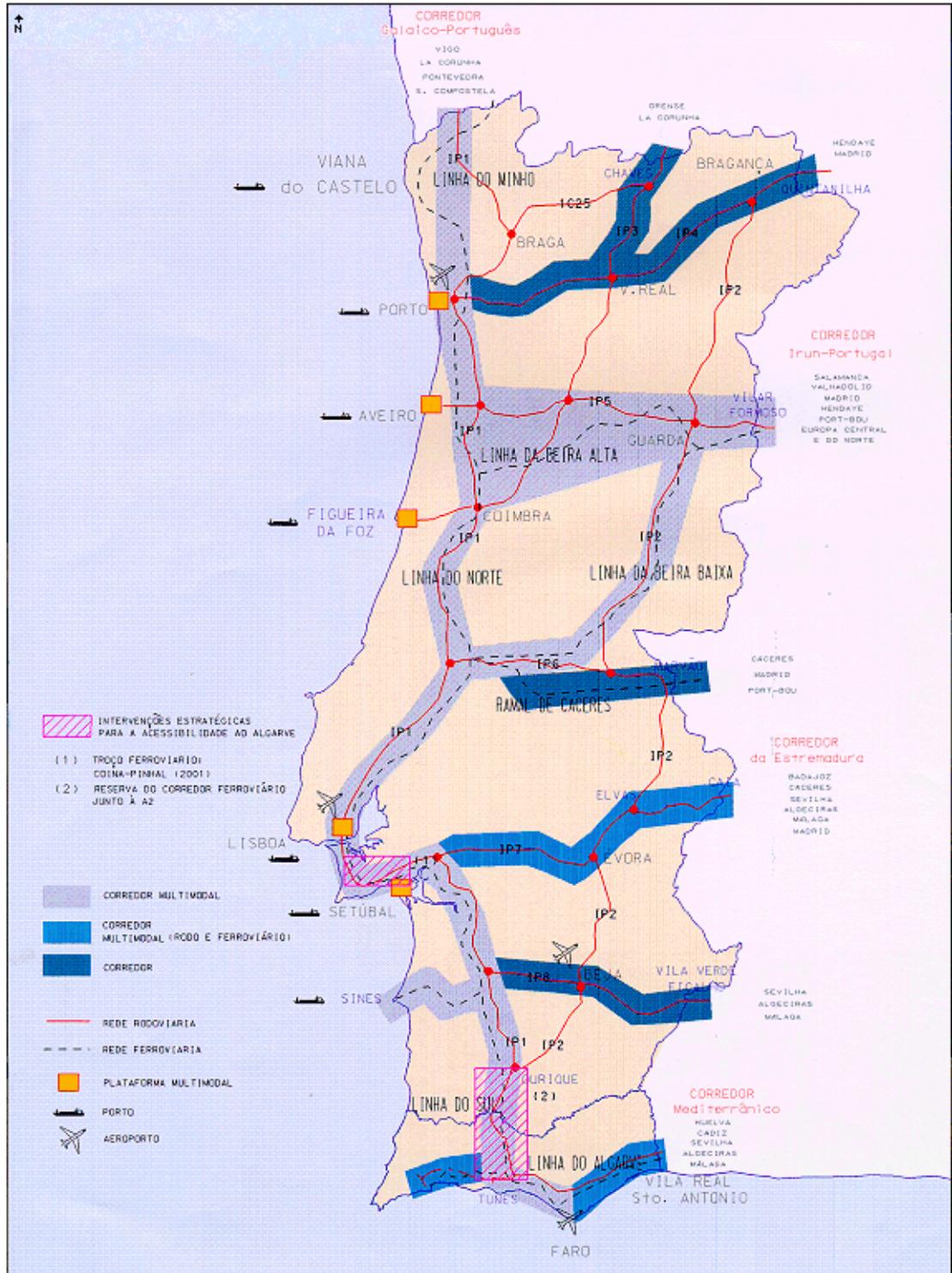
O modelo territorial configura-se como um conjunto relativamente equilibrado de centros urbanos de pequena dimensão cuja efectiva organização em rede urbana - através da articulação de funções, equipamentos e serviços - deverá permitir qualificá-lo globalmente como rede atractiva de centros urbanos e afirmar internacionalmente a sua diferença.

Este modelo territorial não pode, no entanto, ser visto isoladamente do espaço de integração externa (nacional e ibérica, nomeadamente), na medida em que, na fase actual, se desenham os contornos de grandes sistemas de infraestruturas que abrangem territórios muito vastos no seio do *corredor mediterrânico*,⁽⁵⁾ com destaque para os sistemas de transportes e comunicações, o sistema hidrológico e o sistema energético.

⁽⁵⁾ Este corredor surge explicitamente apresentado no PNDES como eixo de ligação, por via rodoviária e ferroviária, entre Lisboa-Faro Huelva-Sevilha e envolvendo, ainda, os aeroportos da Portela e de Faro.

“CORREDORES” ESTRUTURAIS DO TERRITÓRIO NACIONAL COM FUNÇÕES NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

LIGAÇÃO PORTUGAL – ESPANHA/EUROPA



Fonte: Política Marítimo-Portuária Rumo ao Século XXI – Livro Branco, MEPAT, 1998

O estabelecimento de estratégias de base territorial, visando uma articulação e fluxos económicos no seio do sistema urbano que possa envolver na dinâmica das áreas metropolitanas de Madrid – Barcelona – Valência – Lisboa as cidades de Sevilha, Huelva e Faro, constitui um desafio fundamental para a consolidação da capacidade competitiva dos produtos e serviços do Algarve.

A abertura económica e a criação de uma rede progressivamente mais avançada de acessibilidades no espaço nacional, ibérico e europeu, colocam a Região e a cidade de Faro - enquanto espaço de concentração do poder decisional e porta de chegada pela via predominante dos fluxos de visitantes – no centro de uma competição alargada e sem fronteiras onde se jogam processos de liderança e afirmação decisivos.

No plano da organização territorial da Região, e tendo em vista recolher vantagens da abertura e da nova dimensão dos mercados, o desafio-chave é o de construir o edifício principal da rede urbana regional em torno de dois sub-sistemas polarizados por Faro e Portimão constituindo-se:

- um primeiro e mais importante sistema urbano polinucleado, com Loulé/Quarteira-Vilamoura/Faro/Olhão/S. Brás; e
- um segundo, com Lagos/Portimão/Lagoa/Silves.

Como elemento de articulação física, de movimentos económicos e de pessoas, estimulados pela condição de território de chegada do exterior, encontra-se Albufeira, com expressão demográfica e económica associada à imobiliária turística e no qual se devem desenrolar actuações na perspectiva da qualificação dos segmentos predominantes da oferta turística.

Assegurada esta construção articulada, a conquista de nichos específicos de mercado, associados à promoção das vantagens comparativas da Região no mercado ibérico e europeu deveria passar:

- pelo reforço da “capitalidade” de Faro, enquanto Cidade-Porta do Algarve e entendida numa dimensão alargada de coesão e solidariedade com todas as cidades algarvias;
- pela promoção da visibilidade e da qualificação da imagem internacional da Região, através da valorização dos empreendimentos de maior qualidade (que ajudam a construir essa imagem) e do estabelecimento de inter-relações com espaços mais alargados (território nacional, sul da Península Ibérica e Europa).

A mobilidade de pessoas no espaço desta rede polinucleada será decisiva. A inovação e integração no sistema de transportes deverá merecer grande prioridade garantindo ao transporte interno novas capacidades assentes na articulação com as ligações externas da Região, na sua tripla dimensão de ligações nacionais, ibéricas e internacionais.

O dimensionamento e a localização das infra-estruturas assume, neste quadro, uma nova relevância devendo favorecer as relações transfronteiriças e de comunicação das grandes regiões turísticas de Portugal e Espanha, bem como uma nova inserção mundial.

No domínio de intervenção referente às acessibilidades apresenta-se em detalhe o perfil de intervenções proposto, no interface integração territorial face ao exterior, e desenvolvimento de ligações regionais. Neste ponto refere-se sinteticamente o conjunto de intervenções de médio prazo indispensáveis ao alargamento das fronteiras internas de crescimento, uma vertente-chave para a afirmação da capacidade competitiva da Região:

- acessibilidade rodo-ferroviária da Região, visando atenuar a sazonalidade do turismo algarvio e contemplando, nomeadamente, a conclusão da Auto-estrada Lisboa-Algarve, a redução do tempo deste percurso por via ferroviária e a programação do troço transfronteiriço da linha ferroviária Lisboa-Faro-Sevilha;
- melhoria das condições de exploração aeronáutica e de acolhimento de passageiros do Aeroporto em conjugação com a melhoria da fluidez na distribuição do tráfego gerado pelo mesmo;
- consolidação da rede de marinas e portos de recreio do Algarve, com qualificação dos aspectos de integração ambiental e de funcionalidade dos serviços complementares de apoio; promoção adequada do porto de cruzeiro de Portimão;
- qualificação e ampliação dos investimentos na sociedade da informação, nos domínios tecnológico e dos recursos humanos.

3. RECURSOS HUMANOS E COMPETÊNCIAS REGIONAIS

3.1. Opções de desenvolvimento regional e efeitos sobre o emprego

A relação dos recursos humanos/desenvolvimento regional, face às opções fundamentadas no modelo económico atrás apresentado sugere a necessidade de desenvolver uma visão da formação de competências que articule as quatro dimensões seguintes:

- a) a formação de base escolar e/ou profissional nos diversos níveis de qualificação, que habilite os jovens a desenvolver trajectórias de integração no mercado de emprego;
- b) a antecipação de qualificações, para desempenhar um papel de atracção de novos investimentos - vector-chave da promoção do emprego;
- c) a qualificação de activos incluindo a reconversão de competências, simultaneamente valorizadora de expectativas pessoais e amortecedora de tensões associadas à reconversão económica de sectores tradicionais de especialização;
- d) a formação dos empresários nos domínios da gestão e da iniciativa empresarial, à luz dos desafios da modernização.

As opções de modelo económico - de aposta estratégica no complexo das actividades do turismo/lazer e na qualificação urbana e territorial - pressupõe níveis de participação e de resposta dos vários sub-sistemas de formação escolar e profissional e de ciência e tecnologia. Os comportamentos expectáveis em termos de expansão de actividades e de necessidades de mão-de-obra naqueles domínios de opção estratégica são basicamente as seguintes:

(a) no domínio das actividades de especialização

- expansão da procura de recursos humanos qualificados em domínios como a gestão e os instrumentos de relacionamento externo (marketing, internacionalização,...);
- expansão dos empregos ligados à melhoria da qualidade do serviço (funções técnicas específicas, atendimento, etc.);

- desenvolvimento de oportunidades atractivas para empregos ligados a actividades complementares do turismo, designadamente nos domínios da animação, cultura e entretenimento, e das produções artesanais tradicionais (alimentar e não alimentar).

(b) no domínio do ambiente e da qualificação urbanística

- perspectivas de desenvolvimento das actividades ligadas à valorização urbana e ao ambiente com reflexos sobre a oferta de empregos, quer indiferenciados, quer com qualificações médias e superiores, nomeadamente funções técnicas de manutenção e execução e funções de gestão;
- desenvolvimento de actividades de investigação em projectos que articulem a Universidade, as autarquias e os organismos desconcentrados da Administração Pública que interferem na reabilitação urbana, na gestão territorial e na gestão da plataforma litoral; a possibilidade de fazer evoluir estes projectos de I&D para iniciativas tecnicamente estruturadas de oferta de serviços de excelência, seria geradora de oportunidades de emprego e de ofertas formativas médias e superiores.

3.2. Eixos-chave de criação de competências

A integração de políticas e instrumentos que deverá moldar as intervenções regionais no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, bem como a preocupação de valorizar as opções estratégicas do modelo de desenvolvimento para a Região, sugerem a necessidade de desenvolver, no domínio da criação de competências, eixos de articulação activa indispensáveis à consolidação dos factores de competitividade regional, sendo de destacar os seguintes:

- aprofundamento de competências dinamicamente ajustadas às necessidades da procura nas actividades turísticas nucleares (alojamento hoteleiro, restauração,...) tendo em vista a melhoria da qualidade do serviço prestado e o aumento da produtividade;
- desenvolvimento de competências nos núcleos necessários à estrutura profissional das actividades complementares do turismo, geradoras de maior valor acrescentado regional (p.e., agro-alimentar, construção civil, serviços de apoio às empresas e serviços ligados à cultura e ao lazer);

nesta perspectiva afigura-se relevante o estímulo à formação inicial valorizadora das produções e profissões tradicionais;

- a estruturação de redes de apoio à inovação científica e tecnológica com expressão no domínio da difusão da cultura científica (em apoio às acções das oficinas e do Centro Ciência Viva e às escolas dos diferentes níveis de ensino), no domínio da investigação aplicada (em apoio ao desenvolvimento de factores de excelência no espaço regional) e no domínio da prestação de serviços às empresas e às organizações regionais.

Este último domínio justifica uma concentração de recursos e iniciativas que permitam:

- a) fertilizar as relações com os utilizadores a partir das Unidades de I&D existentes, nomeadamente Laboratórios do Estado (p.e., Centro de Citricultura), na área da agricultura e do desenvolvimento rural (apoio ao melhoramento das espécies e variedades, tratamentos fito-sanitários, normalização e certificação,...) e na área dos recursos marinhos (p.e., o IPIMAR em Olhão e núcleos de investigação em biologia marítima da Universidade);
- b) desenvolver projectos que respondam às opções estratégicas regionais como decorre da proposta de criação no Algarve de diversas Unidades de I&D de excelência de que são exemplo o Centro Tecnológico das Actividades Turísticas e o Centro de Investigação das Produções Mediterrâneas.

A criação de novas unidades de I&D deve respeitar a necessidade de valorizar os recursos de excelência existentes e assegurar limiares de eficiência nos domínios da organização, da gestão e da capacidade de prestação de serviços aos utilizadores.

A proposta de criação de um Centro Tecnológico das Actividades Turísticas tem presente essas preocupações e a necessidade de organizar as sinergias existentes podendo incorporar, nomeadamente, valências nos domínios da gestão e qualidade do serviço, do *lay-out* e assistência técnica a equipamentos hoteleiros; de gestão das actividades imobiliárias; de tecnologias da construção; e de controlo ambiental (qualidade do ar e da água).

A integração das actuações em matéria de valorização dos recursos humanos (designadamente, a formação de competências, a promoção da iniciativa empresarial e a integração social e económica) numa Intervenção Operacional de base regional, deverá pautar-se por quatro orientações-chave:

- . as questões ligadas à **formação de competências** devem ser tratadas numa óptica de articulação activa entre a formação inicial escolar e profissional dos jovens e a formação de activos (qualificação e reconversão) devendo esta última componente desenvolver-se em interacção com as empresas e as organizações;
- . as questões ligadas ao **fomento do emprego** devem ser tratadas no contexto da aplicação e desenvolvimento de sistemas de incentivos às actividades económicas; nesta perspectiva há toda a vantagem em reforçar os mecanismos de territorialização dos sistemas de incentivos, adequando-os às realidades empresariais e produtivas da região e maximizando, por essa via, tanto a capacidade de apropriação regional de recursos de apoio ao investimento, como a eficácia e eficiência de aplicação destes;
- . as questões ligadas à **reconversão profissional** de activos dos sectores tradicionais (designadamente, agricultura, pescas, conserveiras,...) devem ser enquadradas por medidas e programas de âmbito nacional que disponham de meios mais amplos, valorizando os aspectos da mobilidade profissional e regional, da transferibilidade de competências e do apoio à iniciativa de base empresarial;
- . as questões ligadas ao **enquadramento de grupos sociais desfavorecidos**, na óptica da integração social e económica, devem ser tratadas em dois patamares, ambos de base regional - acções de formação profissional e apoios a iniciativas locais de desenvolvimento.

Tendo presente as orientações assinaladas, a oferta de qualificações para sustentar as actuações regionais em matéria de valorização dos Recursos Humanos deve evoluir em torno dos seguintes Eixos-chave:

(a) Formação de competências orientadas para o reforço do potencial económico regional

Este eixo-chave deve incluir duas componentes fundamentais: uma ligada à formação escolar e outra à formação profissional.

A componente de formação escolar deve pautar-se, na base, pelo alargamento da oferta de educação pré-escolar, o enriquecimento das condições de aprendizagem da rede do ensino e a diversificação da oferta de ensino profissional; no topo, pela afirmação das áreas de excelência da Universidade, nomeadamente nas áreas

tecnológicas e de gestão e ciências empresariais mais próximas do núcleo central de actividades do turismo/lazer. No entanto, a interacção entre as opções estratégicas de desenvolvimento e o perfil de oferta de qualificações superiores, abre importantes perspectivas para a renovação do papel da Universidade em domínios como as artes, o ambiente e as ciências da saúde.

A componente de formação profissional deve comportar a apropriação regional das modalidades de formação que correspondem à paleta de formações inseridas no mercado de emprego, quer as desenvolvidas no âmbito do IEFP, quer as organizadas por entidades associativas e privadas. É de admitir uma estruturação desta Medida em Acções que traduzam uma gradual assunção de prioridades no sentido de: privilegiar a manifestação de procuras de qualificação por parte das componentes mais dinâmicas do tecido empresarial; melhorar, pelo lado das competências, as condições de enquadramento dos investimentos e da empregabilidade.

Citem-se, como exemplo: (i) formação contínua de activos das empresas do sector turístico e actividades complementares; (ii) formação inicial orientada para a iniciativa empresarial; (iii) formação contínua de empresários; (iv) formação inicial e contínua para as actividades comerciais; (v) formação de trabalhadores e quadros da Administração Regional e Local.

(b) Formação de competências orientada para o desenvolvimento de projectos sociais e de apoio à iniciativa empresarial

Esta componente deve comportar a apropriação regional de um conjunto de medidas/programas de formação que se destinem prioritariamente a estimular o desenvolvimento de iniciativas empresariais de pequena escala (p.e., programas de apoio à criação de micro-empresas) e a formar profissões do âmbito dos serviços sociais (p.e., mercado social de emprego e integração social e económica de grupos desfavorecidos). A paleta de Acções-tipo inserida nesta componente deverá comportar, entre outros, os seguintes domínios de formação: (i) formação de apoio à criação de micro-empresas; (ii) formação ligada a iniciativas locais de desenvolvimento; (iii) formação para profissões no âmbito dos empregos dos serviços sociais e de proximidade; (iv) formação especial para deficientes e grupos mais desfavorecidos.

O desenvolvimento destas componentes, numa óptica de formar competências, promover a iniciativa empresarial e fomentar o emprego, pressupõe um esforço de investimento nas estruturas locais do serviço público de emprego, com recursos técnicos e humanos adequados ao acompanhamento das pessoas e dos projectos.

4. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

4.1. Organização do Território

Na análise da organização territorial da Região, segundo as qualificações e especializações afirmadas e/ou vocacionais distintas, foram identificados, como já referido anteriormente, quatro sub-sistemas (cf. ponto II.4) cujas potencialidades-chave se sistematizam:

(a) **Sub-sistema Litoral.** Neste sub-sistema identificam-se como principais potencialidades a otimizar no contexto da estratégia de desenvolvimento da Região: os *recursos naturais* (Orla costeira/paisagem/praias/mar e Parque Natural da Ria Formosa), e os *recursos urbanos* (património, projectos de reabilitação e renovação dos centros,...) associados à concentração de pessoas, actividades económicas e infra-estruturas culturais, desportivas e de animação.

A complementariedade entre os diversos centros que integram a sua rede urbana, a estruturação paisagística e urbanística e a qualificação do quadro de vida e do ambiente urbano emergem como domínios estratégicos de acção.

(b) **Sub-sistema Costa Vicentina.** Neste sub-sistema valorizam-se os espaços naturalizados e os locais de valor simbólico com capacidade de atracção de importantes segmentos específicos da procura turística, fluxos de visitantes, que procuram condições para recreio e lazer (turismo da natureza e turismo cultural), os núcleos de 2º nível a caminho do interior, em articulação com a cidade de Lagos - com o dinamismo sócio-cultural que já detem -, desempenham um papel organizador relevante.

(c) **Sub-sistema Guadiana.** A articulação/cooperação transfronteiriça constitui a âncora de uma estratégia de animação socio-económica deste sub-sistema baseada na criação de infra-estruturas de distribuição e na valorização dos desportos cinagético e náutico e das potencialidades de investigação associadas aos vestígios arqueológicos, à área da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real Stº António, e também da bacia do Baixo Guadiana (até Mértola).

A criação de estruturas de atracção e acolhimento, bem como a valorização patrimonial e urbanística dos pólos de Tavira, Vila Real de Stº António e Castro Marim, poderá permitir captar fluxos da procura turística provenientes do Sul da Península.

(d) **Sub-sistema Serra/Barrocal.** A estruturação deste sub-sistema pressupõe a criação de condições de vida atractivas para residentes actuais e futuros e a criação de estruturas de acolhimento e estada ajustadas a um turismo alternativo suportado nos recursos da Serra e nos valores associados à ruralidade de que as aldeias existentes constituem a memória (Alte, Salir, Querença, Moncarapacho,...). Os centros urbanos de Silves, Loulé e S. Brás, pelo seu carácter de interfaces entre este sub-sistema e o Litoral, deverão ser chamados a exercer um papel de sustentação desta *estratégia de coesão territorial*.

A valorização integrada destes sub-sistemas, que concentram os diferentes trunfos da Região, deve ocorrer em articulação intensa com o novo modelo de desenvolvimento da base económica sem se confundir com sub-divisões regionais ou de zonamento do território. Na perspectiva da afirmação competitiva do Algarve, mas salvaguardando objectivos de integração e promoção do território regional, o modelo territorial deve prosseguir objectivos de:

 Valorização do sistema urbano como instrumento de qualificação e sustentabilidade das actividades de especialização e de consolidação da imagem internacional da Região, o que pressupõe organizar e estruturar o eixo policêntrico do Litoral sul; reforçar a atractividade do sector Guadiana-Vila Real-Tavira, numa perspectiva de articulação/cooperação transfronteiriça; e favorecer a articulação do triângulo Lagos-Sagres-Aljezur, estruturado a partir da cidade de Lagos.

 Reordenamento e qualificação dos espaços de localização para actividades industriais, de distribuição e logística, o que pressupõe potenciar novas oportunidades no sub-sistema da Serra, designadamente no eixo Silves-São Bartolomeu – Alte – Salir - Querença-Loulé - S. Brás - Stª Catarina.

 Revitalização socioeconómica das áreas rurais, potenciando as complementaridades existentes (ambiente e paisagem, recursos naturais e tradições produtivas,...), vectores indispensáveis à consolidação do complexo de actividades do turismo e do lazer.

4.2. Estruturação e qualificação do sistema urbano

No actual quadro de afirmação e competitividade territorial que atinge os países, regiões e espaços comunitários, a qualidade do ambiente e do espaço urbano oferecidos surge como um factor decisivo e orientador das escolhas no que se refere às opções de investimento empresarial e fixação/destino populacional e à atracção de fluxos e trocas nos domínios económico, tecnológico, científico e cultural.

A matriz de opções de intervenção subjacente a esta Estratégia reconhece a importância das políticas urbanas como instrumentos de política regional e ordenamento do território. O grande desafio que se coloca às cidades e ao sistema urbano que elas configuram é o de serem capazes de mobilizar iniciativas e dinâmicas próprias de uma forma solidária com o território envolvente com o qual desenvolvem uma identidade histórico-cultural.

No Algarve, e em particular no sub-sistema urbano litoral, estão já inscritos atributos e dinâmicas de especialização/ qualificação, surgidos de uma forma flexível e espontânea, que importará ampliar, consolidar e (re)direccionar, na perspectiva do reforço e valorização do sistema urbano regional.

A construção deste objectivo pressupõe o apoio explícito ao estabelecimento de redes de cooperação/concertação inter-urbanas, que tirem partido de qualificações e especializações complementares a nível económico e cultural, estimulando e incentivando acções materiais e imateriais emanadas de uma estratégia comum, na base do envolvimento efectivo de instituições e agentes económicos, sociais e culturais.

Na definição de uma estratégia de qualificação urbanística/territorial importará distinguir, no entanto, entre o espaço urbano existente e as novas ocupações.

No caso das **ocupações já existentes**, o que se requer é fundamentalmente a definição de um quadro conceptual de intervenção em parceria com os principais actores urbanos e o desenvolvimento de medidas e acções que percorram o projecto viário, o projecto urbanístico, o projecto paisagístico, os programas de reabilitação de imóveis, os programas de equipamentos colectivos, os programas de circulação e estacionamento automóvel, serviços urbanos e serviços de proximidade (ajustados à sobrecarga sazonal da população flutuante), de animação urbana e cultural, de inserção social, dinamização de actividades comerciais e animação económica em geral, etc..

No caso de **novas ocupações**, trata-se de prevenir e antecipar o que significa que o sucesso de uma estratégia de qualificação urbanística dependerá do esforço de decisores técnicos e políticos e do comprometimento activo dos promotores nesse desiderato e será fundamentalmente sustentada na qualidade dos instrumentos de planeamento e desenho urbano e no exercício rigoroso das competências técnicas da disciplina do urbanismo.

A concertação entre os diversos níveis da Administração, incluindo os organismos e operadores públicos sectoriais, os agentes regionais e locais de desenvolvimento e o sector privado - com responsabilidades repartidas, potenciadoras de sinergias -, a par da concentração de esforços em projectos mais reprodutivos e com dimensões e impactes territoriais alargados e significativos, constituem instrumentos determinantes e condição *sine qua non* para o sucesso das intervenções estratégicas neste domínio sensível.

As medidas reguladoras tomadas no âmbito dos dispositivos de ordenamento do território, entretanto aprovados, constituem instrumentos que, carecendo embora de aprofundamento e operacionalização, contribuíram para conter os efeitos do processo desregulado de ocupação urbana da faixa do litoral-centro algarvio o qual, ao pôr em causa equilíbrios ambientais, afectou recursos e potencialidades regionais.

Neste contexto, importa aprofundar a relevância estratégica que no último Quadro Comunitário de Apoio, foi atribuída ao ambiente e à revitalização urbana. Os resultados positivos, ainda que aquém das expectativas, bem como a permanência de situações de maior sensibilidade, justifica que se prolongue o esforço de investimento prevendo, a par dos indispensáveis investimentos públicos, mecanismos de incentivo e apoio financeiro que suportem as intervenções de qualificação e reabilitação urbanas.

Definem-se como **objectivos estratégicos para a Estruturação e Qualificação do Sistema Urbano do Algarve**, os seguintes:

- a) *Qualificar o quadro de vida e o ambiente urbano nas cidades* o que pressupõe, nomeadamente, a valorização urbanística e a revitalização económica dos centros históricos e das zonas antigas das cidades, a reabilitação de zonas desqualificadas de urbanização recente e a melhoria da acessibilidade e da mobilidade intra-urbana, incluindo o estacionamento e circulação automóvel;
- b) *Estruturar tecidos urbanos contíguos* o que pressupõe, nomeadamente, articular e harmonizar os diferentes modelos de ocupação dos territórios concelhios (aglomerados urbanos e zonas de ocupação turística);

- c) *Planear as expansões urbanas* o que pressupõe, nomeadamente, desenvolver instrumentos urbanísticos de enquadramento das novas promoções urbanas;
- d) *Promover a animação sócio-cultural das cidades* o que pressupõe, nomeadamente, desenvolver infra-estruturas e competências de suporte.

Embora o perfil de intervenções, a definir na Intervenção Operacional Regional, na perspectiva da concretização destes objectivos, deva promover actuações (acções, projectos e iniciativas) de integração funcional, atribui-se relevância a actuações que fertilizem o interface renovação urbana - uso e fruição turística.

5. INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E COESÃO SOCIAL

A ciência regional tem vindo a demonstrar que a construção de vantagens competitivas para os territórios está frequentemente associada à capacidade de desenvolver ofertas específicas que resultem da aglomeração de recursos estratégicos e constituam factores de atractividade para os investimentos e os fluxos de visitantes.

No caso do Algarve a competitividade territorial está hoje fortemente associada à possibilidade de (re)construir relações económicas intra-regionais de duplo sentido, entre o litoral e o interior. O litoral e os seus sub-sistemas urbanos mais dinâmicos tem-se estruturado como território de chegada dos principais fluxos da procura turística e espaços que polarizam o consumo e a valorização de mercado dos produtos e serviços locais. Esta tendência induz, para a Beira-Serra e o Interior, uma relação de dependência e abandono, responsáveis por situações de desertificação socio-demográfica.

A estratégia regional para o médio/longo prazo se, por um lado, valoriza as actividades de especialização predominantemente localizadas no litoral, por outro lado, entende que essas actividades devem evoluir para uma integração plena e activa dos territórios e do mosaico de actividades do interior algarvio.

Esta lógica de integração vive das complementaridades económicas associadas à fruição dos recursos do interior (paisagem, produções locais, costumes e tradições,...), que contribuem para a recomposição do produto turístico regional, e à valorização de produtos nos espaços de consumo dos centros urbanos de proximidade. Mas esta lógica de integração apela, por sua vez, a intervenções que articulem o litoral com o interior, evitando dinâmicas repulsivas e estimulando a fixação de recursos humanos e de

iniciativa: intervenções na rede viária e sistemas de transportes – longitudinal e de penetração; sustentação de dinâmicas induzidas pelos programas Leader e Centros Rurais; certificação e valorização de mercado de produções tradicionais; reforço da rede de serviços de proximidade; alargamento da cobertura das telecomunicações; etc..

Mas a competitividade territorial deve associar de modo claro uma vertente orientada para o *reforço da coesão social*, compreendendo intervenções de:

- consolidação de uma rede de equipamentos sociais dotada de recursos humanos qualificados, orientada, nomeadamente, para o apoio aos idosos e aos grupos em situação de desfavorecimento, correspondendo à preocupação de enquadrar os problemas sociais locais e de melhorar as condições de vida das famílias;
- apoio a iniciativas locais de desenvolvimento simultaneamente favorecedoras da integração social e económica dos segmentos com dificuldades específicas de inserção e da reanimação económica de contextos locais (urbanos e rurais) mais deprimidos.

A experiência das Redes Regionais para o Emprego, em vias de englobar a totalidade do território algarvio, representa um patamar de trabalho em parceria com virtualidades a aprofundar, sobretudo na perspectiva de um melhor aproveitamento local de recursos existentes nas várias medidas activas da política de emprego. Em idêntico sentido se deve aproveitar as dinâmicas suscitadas no âmbito do Mercado Social de Emprego pelos efeitos de parceria induzidos junto de entidades públicas e associativas com maior sensibilidade às questões do emprego, mas também pela filosofia de empresarialidade de actividades sociais estimulada pelo programa, no contexto da inserção socioeconómica.

6. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

6.1. Espaços rurais, valores naturais e biodiversidade

As intervenções a realizar nos espaços rurais e nos diversos “habitats” naturais devem enquadrar-se na estratégia regional, desde logo como recurso desta, mas também como beneficiários importantes de políticas públicas preocupadas com a correcção de assimetrias estruturais que comprometem, quer a competitividade do território como um todo, quer a coesão social da Região.

Os espaços rurais da Região são vastos e integram:

- a) zonas da costa ocidental e territórios de acolhimento de relações transfronteiriças, escassamente povoadas mas com espaços ricos de valores naturais e locais de valor simbólico elevado e com capacidade de atracção de importantes fluxos de visitantes;
- b) uma área de transição entre a Serra despovoada e o Litoral intensamente ocupado, de características predominantemente rurais a qual integra um conjunto de aglomerados disseminados, de pequena dimensão. Estes aglomerados que têm desempenhado um papel de fornecedores de bens e serviços e de retaguarda para os residentes da Serra, estão hoje em risco de não resistir à força dos movimentos migratórios provocados pelas pressões do desenvolvimento urbano a Sul.

A formulação de intervenções para a valorização destes espaços e para a preservação da riqueza da biodiversidade que os mesmos albergam, pressupõe um encontro criativo entre a lógica da solidariedade territorial e a lógica de integração de dinâmicas de actividade entre o Litoral e o Interior.

Essa articulação de lógicas está traduzida nos seguintes objectivos gerais:



Revitalização das áreas rurais potenciando complementaridades económicas no seio do complexo de actividades de turismo/lazer através da diversificação espacial da oferta, com integração gradual de novos produtos turísticos.



Promoção da integração social e económica das populações que vivem nos meios rurais através de actuações centradas, por um lado, em infraestruturas e serviços de apoio à actividade económica e, por outro lado, em equipamentos de carácter social de apoio às populações e de animação sócio-cultural.

Relativamente ao objectivo de *diversificação do produto turístico regional cruzado com a valorização dos recursos naturais e da biodiversidade* aponta-se um conjunto de investimentos prioritários:

- requalificação/valorização de espaços com interesse ambiental associados aos empreendimentos turísticos;

- valorização ambiental de espaços urbano-turísticos (frentes marítimas degradadas), nomeadamente em Quarteira; Monte Gordo; Manta Rota; Armação de Pêra; Praia da Rocha; e empreendimentos turísticos vários;
- valorização de zonas de interesse ambiental, nomeadamente os sítios incluídos na Rede Natura 2000;
- recuperação de património hidráulico de valor (açudes, barragens,...) e requalificação dos espaços envolventes;
- construção do Centro Oceanográfico de Sagres;
- criação de circuitos interpretativos com carácter científico (zonas dunares/dunas fósseis e zonas de arribas/grutas/algares/vegetação/etc.);
- criação de zonas de caça;
- criação de Bioparques.

A realização de parte destes investimentos deve ser acompanhada pela definição de mecanismos de gestão que assegurem condições de exploração adequadas a uma eficiente utilização dos recursos. Estes mecanismos de gestão devem, sempre que viável, contemplar soluções de contratualização e/ou parceria entre entidades e associações de intermediação de interesses.

Relativamente ao objectivo de *promoção da integração social e económica das populações que vivem em meios rurais* afigura-se como investimentos prioritários:

- localizar equipamentos sócio-culturais e de animação nos pequenos aglomerados urbanos da Serra, transformando-os em verdadeiros centros comunitários;
- promover programas de recuperação de casas nas aldeias e de construção de novas habitações a custos controlados para jovens;
- completar a rede de ensino pré-escolar e dotar os estabelecimentos de ensino básico dos recursos/serviços complementares em matéria escolar, desportiva e de apoio à população escolar;
- instalação de pequenos equipamentos de apoio à organização das produções primárias, facilitadores do escoamento de mercado das mesmas, e à transformação, comercialização e marketing;

- incentivo à criação de instituições sem fins lucrativos para prestação de serviços nos domínios da acção social às populações rurais; deve ser igualmente contemplado o apoio à descentralização de actividades de instituições com área de influência urbana;
- instalação de centros de recursos sociais polivalentes, com valências nas áreas da saúde e da acção social para desenvolverem um serviço de apoio ambulatorio junto dos idosos;
- reforço da rede de equipamentos de apoio a grupos em situação de desfavorecimento (toxicodependentes, ex-reclusos, minorias étnicas,...);
- aprofundamento das parcerias de projecto no seio das Redes Regionais para o Emprego tendo em vista uma apropriação mais eficaz das medidas activas de emprego;
- aproveitamento dos instrumentos de apoio à integração social e económica, com destaque para as empresas de inserção, a partir da divulgação e exploração de bolsas de ideias de investimento em torno dos recursos endógenos.

6.2. Infra-estruturas de base

6.2.1. Acessibilidades

As acessibilidades e o sistema de transportes assumem no quadro dos objectivos estratégicos de desenvolvimento para a Região um papel charneira de grande importância num duplo contributo que se pode caracterizar da seguinte forma: função de integração territorial face ao exterior (espaço nacional, ibérico e europeu), nomeadamente pelas implicações que acrescem em matéria de organização das actividades económicas e de valorização de mercado dos produtos e serviços da Região; função de desenvolvimento das ligações regionais e das intervenções nos aglomerados e centros urbanos, tendo em vista dar coerência ao sistema urbano regional e oferecer condições de competitividade aos diversos pólos económicos desse sistema.

Os grandes objectivos para o sector das acessibilidades sintetizam-se do seguinte modo:



Melhoria da inserção geográfica do Algarve na Península Ibérica e na Europa, reduzindo a sua perifericidade.



Fomento da articulação intermodal e da coerência interna do sistema de transportes.

LIGAÇÕES INTER-REGIONAIS

Como questão estratégica de fundo de qualquer sistema de transportes actual, convém não perder de vista a necessidade de garantir os acessos aos pontos finais do sistema (Portos e Aeroporto) das redes rodo e ferroviária. Esta condição de coerência do sistema terá de ser realizada gradualmente definindo-se de imediato prioridades intermédias no que respeita a este objectivo final.

Nesta perspectiva, a melhoria da eficácia das ligações do Algarve com o exterior (*função de integração territorial externa*) deverá assentar num conjunto articulado de intervenções, algumas delas já decididas, de entre as quais se destacam:

(a) no interface com os fluxos de visitantes

- prioridade à melhoria da acessibilidade terrestre à Região facilitando a lógica “Algarve como destino de lazer para os portugueses”, correctora de parte da sazonalidade associada ao turismo massificado; a construção do troço Grândola – Algarve da Auto-estrada A2 responde a essa prioridade;
- melhoria das condições de exploração aeronáutica, de segurança e de acolhimento de passageiros do Aeroporto de Faro, a par da construção de uma ligação rápida à rede rodoviária principal (Aeroporto – VLA) e à cidade de Faro dando resposta às exigências que relevam da atractividade da função de pólo distribuidor de tráfego desempenhado pelo Aeroporto;
- redução do tempo de percurso imediato e sustentável a longo prazo, do modo ferroviário, variável-chave para o acréscimo de competitividade de um meio-de-transporte valorizado por segmentos importantes da procura turística e que actualmente tem um papel insignificante na captação do tráfego nacional que demanda a Região; esta intervenção deverá ser alcançada através da antecipação temporal do troço Coina - Pinhal Novo (4 km), da electrificação da linha de caminho de ferro até à Funcheira e do estudo do percurso-Funcheira, Neves Corvo, Ourique, Tunes/Paderne-acompanhando o corredor da A₂.

- programação da ligação ferroviária Lisboa-Faro-Sevilha, numa perspectiva de fomento e reordenamento modal das deslocações de passageiros nos percursos Madrid-Sevilha e Madrid-Lisboa e da captação de mercados turísticos da Andaluzia e da ligação ao Mediterrâneo;
- diversificação dos acessos rodoviários ao Algarve a partir da A. M. Lisboa e do Centro do país;
- conclusão das ligações com a Andaluzia, ao longo do Guadiana (Alcoutim-Sanlucar) através do IC 27, itinerário cuja construção deve ser acelerada.

(b) no interface com o tráfego de mercadorias

Para além das intervenções assinaladas anteriormente, que também beneficiam utilizadores de base económico-empresarial, afigura-se indispensável:

- promover a utilização da via ferroviária para o transporte concentrado de grandes cargas, nomeadamente combustíveis, cimento e produtos susceptíveis de serem concentrados na origem e em grandes unidades de armazenamento no destino;
- avaliar a transferência da tancagem existente no porto de Faro (em plena área urbana consolidada) para um ponto de armazenamento que concentre as necessidades de stockagem de combustíveis da Região, desejavelmente em área próxima do Aeroporto (principal consumidor individual), desde que bem servida por rodovia e ferrovia.

LIGAÇÕES REGIONAIS

No tocante às *Ligações Regionais* principais, a conclusão da Via do Infante (VIA), entre o nó da Guia e Lagos, detém a maior acuidade como resposta à fluidez das ligações entre os dois polígonos de crescimento identificados e ao descongestionamento e segurança da actual EN 125, mas também para acolher e distribuir ao longo do litoral algarvio o aumento do fluxo de tráfego resultante da conclusão da Auto-estrada para o Algarve.

O papel nuclear da VIA no padrão de acessibilidade regional pressupõe, ainda, um conjunto de intervenções complementares: construção de ligações aos principais centros e aglomerações urbanas (vias rápidas ou alamedas urbanas de grande capacidade para captar tráfego de atravessamento de média e longa distância);

reordenamento da circulação, estacionamento e acessos marginais em toda a extensão da EN 125, em particular no troço Olhão/V.R.Stº António, de maior sinistralidade.

No que respeita a um 2º nível das ligações regionais, o aumento da acessibilidade aos aglomerados urbanos da Serra, a par do desenvolvimento do eixo turístico longitudinal no interior algarvio (Aljezur-Alcoutim), torna-se indispensável o prolongamento da EN 267 até S. Marcos da Serra e a melhoria do respectivo pavimento e bermas, especialmente no troço a ponte de Monchique.

Ao nível do modo de transportes terrestres, são necessárias intervenções: no *modo ferroviário*, visando proceder à melhoria do serviço na via litoral Lagos-V.R.Stº António, acompanhada pela aquisição de novo material circulante; e na reestruturação do *transporte colectivo rodoviário*, no sentido de assegurar um adequado rebatimento sobre as principais estações, constituindo uma bacia de recolha de passageiros suficientemente atractiva que fundamente os investimentos de coordenação modal necessários. Esta coordenação implica a possibilidade de o comboio funcionar como ligação sub-urbana entre os centros das principais aglomerações urbanas e as suas áreas envolventes (espaço-bacia a servir) melhorando, por essa via, a acessibilidade da população residente entre Lagos e V. R. Stº António.

No tocante às *ligações internas às aglomerações e centros urbanos principais*, importa promover a articulação dos modos e dos serviços de transporte melhorando a funcionalidade do sistema e a operacionalidade dos centros, nomeadamente atenuando o congestionamento e aumentando a segurança. Nesta perspectiva são adiantadas três intervenções principais: (i) construção de variantes rodoviárias de Lagos, Faro, Loulé, S. Brás de Alportel, Pêra e Alcantarilha (estas duas associadas à construção da VLA); (ii) construção de um anel viário de grande capacidade entre os nós de Faro e Olhão; (iii) implementação nas principais aglomerações urbanas de um serviço integrado de mini-autocarros e estacionamento tarifado nas áreas centrais complementado com o desenvolvimento de parques de estacionamento e de espaços e percursos pedonais nessas áreas.

6.2.2. Ambiente

Na Região do Algarve o ambiente e o património natural constituem um domínio estratégico, simultaneamente, na óptica do recurso e factor-chave de competitividade e na óptica da sensibilidade induzida sobre este macro-sistema, resultante dos padrões de utilização.

Pretendendo-se, simultaneamente, para a Região, um estatuto de turismo de qualidade e um reforço desta actividade económica, e sendo consensual que este objectivo só poderá ser alcançado através da manutenção da qualidade ambiental, torna-se pois premente esta reflexão, que deverá estar na base da orientação dos investimentos a realizar no âmbito do III QCA, tendo em conta a escassez de recursos e a oportunidade última que é o próximo Quadro Comunitário.

Torna-se, por isso, prioritário, continuar a desenvolver as acções consideradas necessárias para a **melhoria da qualidade ambiental** da Região e, simultaneamente, promover a **requalificação de espaços degradados** e a **correção das disfunções ambientais** e a **racionalização dos usos dos recursos naturais**, com destaque para os recursos hídricos.

A densidade dos problemas identificados no diagnóstico selectivo, a par da relevância que se pretende atribuir a este domínio na estratégia regional, sugere a atribuição de prioridade elevada aos investimentos públicos no próximo período de programação, prioridade orientada em diversas direcções complementares:

- *Promoção da qualidade ambiental*, abrangendo a requalificação do litoral, designadamente nos espaços de ocupação turística mais intensa e contemplando intervenções no domínio das redes e infraestruturas de suporte da implementação de instrumentos de ordenamento e da monitorização ambiental.
- *Minimização de disfunções ambientais e valorização de espaços com interesse ambiental.*
- *Gestão e utilização racional da água.*

Para além da concretização das prioridades e orientações estratégicas de investimento adiante detalhadas – as quais prolongariam o importante esforço financeiro público na qualificação ambiental da Região -, a próxima década deverá ser marcada pela estruturação de uma fileira ambiental de actividades de base económica onde teriam adequada relevância os valores naturais como recurso turístico.

Esta fileira de actividades deveria comportar: equipamentos e processos no domínio da aplicação das tecnologias limpas destinadas ao saneamento básico e à qualidade ambiental; actividades de prestação de serviços em matéria de gestão e manutenção de equipamentos e sistemas de saneamento; actividades centradas na fruição das áreas de paisagem e das albufeiras; actividades de educação e sensibilização ambiental.

O papel das unidades do sistema de formação escolar e profissional na criação de conhecimento orientado para a qualificação dos desempenhos nestas actividades, é decisivo para a estruturação a médio prazo daquela fileira de actividades. Esse papel é mais relevante no caso da Universidade do Algarve onde, a par da formação avançada de recursos humanos, deveria ocorrer a consolidação de uma área de excelência de investigação no domínio do ambiente, quer na óptica da gestão e conservação dos sistemas, quer na óptica da inovação tecnológica.

Finalmente, afigura-se indispensável associar a estas orientações de investimento e de aposta estratégica de estruturação de novas actividades, uma atitude de renovação dos instrumentos de planeamento e do enquadramento institucional a qual passaria por:

- Revisão e coordenação estratégica dos diversos instrumentos de planeamento e ordenamento existentes, nomeadamente à luz das orientações da nova Lei de Bases do Ordenamento do Território, com destaque para os POOC's, os Planos de Bacia, a REN e a RAN;
- Reformulação dos mecanismos de participação dos vários actores regionais das tutelas na monitorização e acompanhamento daqueles instrumentos.

As prioridades e objectivos enunciados apontam para um perfil misto de actuações entre investimentos de carácter material e intervenções de complemento ligados ao funcionamento de equipamentos e infra-estruturas instaladas. Tendo presente este perfil misto são os seguintes os investimentos prioritários no domínio do Ambiente a desenvolver no horizonte do próximo Quadro Comunitário.

PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DA REGIÃO

- Conclusão das infra-estruturas de saneamento básico, nas três vertentes: abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos;
- Desenvolvimento de modelos de gestão/exploração dos sistemas de saneamento básico;
- Monitorização da qualidade ambiental da Região, nomeadamente através da implementação de redes de qualidade da água e ar e da construção de um Laboratório que, a nível regional, responda às necessidades existentes relativas às acções de fiscalização e controlo ;

- Valorização dos produtos resultantes da intervenção ambiental;
- Recuperação paisagística de pedreiras;
- Estudos e investigação no domínio do ambiente;
- Implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).

VALORIZAÇÃO DE ESPAÇOS COM INTERESSE AMBIENTAL E MINIMIZAÇÃO DE DISFUNÇÕES

- Eliminação de focos de poluição, nomeadamente a resultante de suiniculturas, lagares, outras agro-indústrias, de parques de sucata, etc.;
- Eliminação dos conflitos ambientais existentes ao nível da ocupação do domínio hídrico, mediante a correcção de usos indevidos no litoral e de situações de ocupação de leitos de cheia, promovendo posteriormente a reabilitação desses espaços;
- Requalificação/Valorização de espaços degradados (Foz do Almargem; Lagoa dos Salgados; zonas de descarga de efluentes, nomeadamente na Ria Formosa; Zonas de falésias e espaços dunares).

GESTÃO E UTILIZAÇÃO RACIONAL DA ÁGUA

- Reabilitação de linhas de água e valorização de infra-estruturas e de zonas de valor natural relevante associadas à rede hidrográfica;
- Promoção da recarga artificial de aquíferos como meio de aumentar os recursos disponíveis e de melhorar a qualidade das águas subterrâneas (estudos e obras);
- Apoio à recuperação e execução de obras de regularização torrencial;
- Completar o sistema de abastecimento de água no Barlavento, através da construção da Barragem de Odelouca;
- Reutilização de águas residuais tratadas, na agricultura e nos campos de golfe ;

- Minimização de situações climatéricas extremas (secas/cheias), mediante a implementação do Plano de Ordenamento da Rede Hidrográfica e Planos de Bacia das ribeiras do Algarve e do Guadiana;
- Acções de sensibilização orientadas para alterar os padrões de consumo individual, com vista a corrigir desperdícios de um bem colectivo e escasso.

6.2.3. Infra-estruturas de apoio às actividades económicas

As opções de especialização económica em torno das actividades do turismo e do lazer apontam para um perfil de intervenção, no domínio das infraestruturas produtivas, marcado por actuações em matéria de ordenamento e de reforço de factores de competitividade das empresas instaladas ou que venham a desenvolver actividades na Região.

Isto significa que há importantes investimentos com impacte nas actividades produtivas que têm origem noutros domínios de intervenção (p.e., logística regional dos transportes) e que as actuações recomendáveis devem associar investimentos materiais e de natureza imaterial, nomeadamente ligados à gestão, à organização, à manutenção e promoção dos espaços infra-estruturados de apoio à actividade económica.

Esta visão sugere a formulação dos seguintes objectivos gerais para este sub-domínio de intervenção:



Reordenamento e qualificação dos espaços de localização para actividades industriais, de distribuição e logística, designadamente das Zonas de Localização Prioritária.



Fixação de recursos de excelência orientados para reforçar as condições de competitividade das empresas e das actividades produtivas.

Relativamente ao primeiro objectivo, ligado ao ordenamento e qualificação dos espaços de actividade produtiva, consideram-se como investimentos prioritários:

- o ordenamento das áreas que, sobretudo no último decénio, acolheram importantes funções económicas (actividades produtivas, distribuição e armazenagem), nomeadamente as localizadas de modo disperso ao longo da EN 125, com destaque para os pólos de Albufeira, Loulé e Olhão;

- a qualificação da envolvente ambiental das zonas industriais, abrangendo a recolha e tratamento de resíduos e efluentes e o arranjo e manutenção de espaços verdes;
- a (re)organização de equipamentos, serviços e infraestruturas de utilização comum nas zonas industriais estimulando a criação de entidades gestoras e apoiando projectos orientados para reforçar a oferta desses serviços e equipamentos;
- o apoio a projectos-piloto de recuperação física e ambiental de instalações fabris localizadas em áreas urbanas e desactivadas tendo por objectivo apoiar a incubação de novas iniciativas empresariais (indústrias urbanas, terciário industrial,...); os centros de Silves, Portimão, Olhão, Tavira e V.R. Stº António, constituem zonas potenciais de experiência.

A conjugação destas quatro actuações deveria permitir dispor a médio prazo de verdadeiros parques empresariais locais e sub-regionais que regulassem a atonicidade das localizações e favorecessem, simultaneamente, a criação de redes empresariais e o ordenamento, quer das áreas urbanas, quer dos espaços produtivos e logísticos de carácter difuso.

No tocante ao segundo objectivo, de fixação de recursos de excelência orientados para a competitividade das actividades, destacam-se como investimentos e actuações prioritárias:

- a instalação de centrais de regaseificação de gás liquefeito e de fuel nos pólos de Portimão-Silves e de Faro-Olhão, com construção dos respectivos ramais secundários; estes investimentos respondem à apropriação regional indirecta da introdução do gás natural em Portugal ;
- o estímulo à instalação de novos projectos de aproveitamento de energias renováveis com potencial regional próprio;
- o estímulo de projectos (infraestruturas, equipamentos e software) que contribuam para um aproveitamento pelo tecido empresarial dos produtos da sociedade da informação;
- a instalação de um Centro de Formalidades Empresariais;

- o desenvolvimento de projectos de incubação de empresas em áreas inovadoras fertilizando a iniciativa empresarial com o *Know-how* da Universidade nos domínios técnicos e de gestão;
- a criação de um Centro Tecnológico de Actividades Turísticas reunindo valências diversificadas, desde o núcleo central das actividades turísticas e do lazer até actividades na esfera da construção orientadas para áreas que valorizem a recuperação de edifícios da arquitectura regional, a inovação dos materiais e das tecnologias da construção;
- a criação de outras unidades de I&D ligados às actividades agrícolas de especialização (Centro de Citricultura e Centro de Investigação das Produções Mediterrâneas).

6.3. Espaços Urbanos e Equipamentos Educativos, Sociais e Culturais

A relevância deste domínio de intervenção na programação de investimentos resulta do papel atribuído à qualificação da rede urbana e ao reforço da rede de equipamentos na Estratégia Regional.

Em última análise tem-se em vista organizar neste domínio de intervenção um conjunto de investimentos que preencham objectivos de competitividade urbana e de melhoria da qualidade de vida dos residentes.

Na óptica da competitividade urbana inscrevem-se, por um lado, os investimentos orientados para reforçar a atractividade dos núcleos urbanos junto dos investidores e dos visitantes dando corpo a uma estratégia de qualificação urbanística e, por outro lado, os investimentos em matéria de equipamentos colectivos, nomeadamente em áreas importantes para a imagem institucional da Região como são o desporto e a cultura.

Na óptica da melhoria da qualidade de vida e predominantemente orientados para os residentes, inscrevem-se os investimentos nas áreas da educação, da saúde e da acção social, na dupla perspectiva do reforço dos níveis de cobertura das populações e da qualificação dos equipamentos existentes:

(a) actuações/investimentos para qualificar o quadro de vida e o ambiente urbano das cidades

- valorização urbanística e revitalização económica dos centros históricos e das zonas antigas das cidades, designadamente de Tavira, Silves, Faro, Lagos, Olhão e V. R. Stº António;
- criação de parques verdes urbanos ;
- requalificação de espaços urbano-turísticos degradados (Quarteira, Monte Gordo, Manta Rota, Armação de Pêra, Praia da Rocha, Sagres) e envolvente de empreendimentos turísticos;
- reabilitação de zonas desqualificadas de urbanização recente;
- melhoria da acessibilidade e mobilidade intra-urbana;
- reintegração urbana de espaços expectantes no interior das cidades;
- elaboração de projectos urbanísticos que enquadrem acções de estruturação e qualificação;
- construção de infra-estruturas e equipamentos urbanísticos;
- programação de intervenções no domínio da circulação automóvel: parques de estacionamento e planos de circulação.

(b) Actuações/investimentos nas áreas do desporto e da cultura

- reforço da oferta de equipamentos orientados para a alta competição, recuperação e estágio de atletas; inscreve-se aqui a construção do complexo de alta competição de Loulé e a valorização dos pólos de Portimão e de V. R. de Stº António;
- melhoria da oferta de equipamentos culturais nas zonas de maior densidade da procura tendo em vista a organização regular de eventos de referência na agenda cultural regional, nacional e internacional; inscrevem-se aqui a construção do Espaço Multi-Usos (Centro Cultural do Algarve), dos Auditórios Sub-regionais de Portimão e Faro e do Museu Regional de Faro e Museu de Portimão (Fábrica de conservas);

- conclusão da rede de bibliotecas e auditórios de âmbito municipal ;
- realização de investimentos de recuperação e manutenção de equipamentos culturais e desportivos nas diversas cidades do Algarve.

(c) Actuações/investimentos nas áreas da educação/formação, da saúde e da acção social

- conclusão do parque escolar do ensino básico com a construção das escolas EB2,3 previstas e da Escola Secundária de Monchique;
- acções de gestão/manutenção do parque escolar existente, abrangendo a substituição de equipamento e material da rede do 1º ciclo e, podendo, englobar a criação de centros escolares polivalentes ;
- criação de novos espaços e recuperação de outros existentes no âmbito da rede de pré-escolar;
- conclusão de equipamentos de suporte ao desporto escolar de acordo com as prioridades definidas para o período 2000-2006 pela tutela regional;
- construção de infra-estruturas físicas e equipamento de instalações na área do emprego e da formação profissional; inscrevem-se aqui investimentos nos centros de emprego de Portimão e Faro (extensão do C. E. de Faro), no pólo de formação de Lagos e no ninho de empresas e espaço de formação para a área de intervenção da Rede Regional de Emprego do Guadiana Algarvio;
- construção de um novo Hospital no Sotavento com capacidade para 100 a 150 camas;
- complemento e qualificação da rede de centros de saúde, com reforço das valências oferecidas nas especialidades de maior procura;
- construção de equipamentos no domínio da Saúde Geriátrica que criem condições de suporte ao acompanhamento de importantes segmentos da procura turística da 3ª idade;
- construção de equipamentos no domínio da Saúde Desportiva, eventualmente, a articular com a construção do Complexo Desportivo de Alta Competição de Loulé;

- alargamento da rede de equipamentos sociais em valências que respondam ao perfil de procura das populações urbanas (creches, jardins de infância, pré-escolar e lares, residências temporárias) e, por outro lado, às procuras mais difusas características da zona da Serra;
- criação de centros de recursos para tratamento e apoio da integração de grupos em situação de desfavorecimento;
- criação de equipamentos multifuncionais em pequenos aglomerados do Interior.

V. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL E MODELO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

O Enquadramento Estratégico da Região do Algarve no horizonte 2000-2006 tem por finalidade:

- a) dar coerência às intervenções dos diversos operadores públicos, associativos e privados nos seus domínios de actuação, com impacto sobre o território; e
- b) enquadrar a mobilização/utilização de recursos públicos (com origem nos fundos estruturais e no Orçamento de Estado) que permitirão concretizar as acções, projectos e iniciativas a comportar numa futura Intervenção Operacional para a Região.

A experiência concreta de gestão e acompanhamento do actual QCA II (1994-99) revelou-se insatisfatória no que se refere à concretização dos pressupostos do quadro institucional desenhado, nomeadamente nas três direcções complementares que visavam aumentar a eficácia global do sistema: **simplificação de processos; descentralização de competências; e participação dos agentes económicos e sociais.**

Não obstante a elevada capacidade revelada na absorção de recursos, permanece uma elevada centralização dos mecanismos decisórios e de homologação a par de uma intervenção pesada das tutelas sectoriais que nem sempre tem favorecido uma óptica de integração dos objectivos regionais na mobilização/utilização dos recursos financeiros comunitários e nacionais. As insuficiências reconhecidas em matéria de concertação regional, derivadas de uma relativa fragmentação dos interesses regionais, não facilitaram também a estruturação de mecanismos de cooperação eficaz entre entidades públicas, associativas e privadas.

Na fase actual, e beneficiando de um esforço alargado de identificação de projectos e acções com diferentes origens (tutelas sectoriais e operadores públicos, CCRA, associação de municípios, associações empresariais e de desenvolvimento), encontram-se criadas condições para uma melhor actuação concertada entre várias instâncias e parceiros no sentido de: **consensualizar perspectivas e modelos de actuação; repartir responsabilidades que potenciem as sinergias existentes**, de acordo com as escalas de intervenção e a origem das iniciativas e dos recursos.

Paralelamente - e à luz dos vectores de estruturação da Estratégia Regional - a preocupação de ampliar intervenções sob a matriz da qualificação (das infra-estruturas, dos equipamentos, dos espaços, do ambiente, etc.), sendo tendencialmente menos exigente na dotação de recursos de investimento, tem requisitos mais exigentes no plano imaterial (competências, enquadramentos jurídico-legais, gestão/acompanhamento e avaliação).

Trata-se de organizar os sistemas de índole regional já em funcionamento, por forma a garantir que não ocorram perdas de eficiência, **de qualificar o que foi edificado**, conferindo-lhe um papel mobilizador e de animação, e de saber multiplicar o resultado das experiências de envolvimento institucional e de convergência de unidades orgânicas desconcentradas numa mesma área geográfica de intervenção.

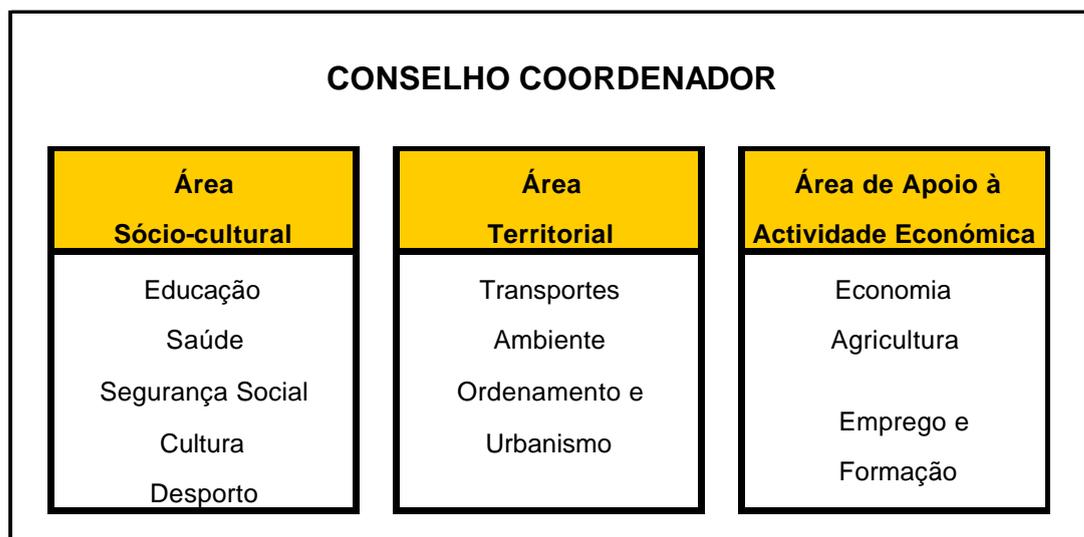
Partindo desta visão global do passado e das necessidades futuras ajustadas à estratégia regional, identifica-se um conjunto de pressupostos a aprofundar:

(a) Utilizar na gestão do III QCA um novo modelo assente:

- Na eficiência, evitando dispersar meios numa lógica de subsídio à oferta, sempre ineficiente e discricionária, e pelo apoio horizontal às actividades económicas – valorizando as empresas e instituições e a sua capacidade de progresso em vez do “projecto”, por forma a cuidar da sustentabilidade das acções;
- No desenvolvimento de formas modernas de parceria entre o sector público e o sector privado privilegiando a dinamização da resposta à procura, com particular benefício para actividades como as artes e os ofícios tradicionais, os produtos locais, as actividades de cultura, animação e entretenimento cuja sustentabilidade depende, acima de tudo, de um mercado a funcionar eficientemente;
- A revisão dos sistemas de incentivo ao investimento deve reflectir esta lógica assegurando simultaneamente que o Algarve não seja penalizado nas suas condições de atractividade face à concorrência inter-regional. Este objectivo pressupõe que, a par de uma componente de incentivos sectoriais que responda a princípios de equidade a nível nacional, se estruture uma componente de incentivos regionais suportada em critérios de selecção e elegibilidade que reflectam as especificidades do Algarve e que garantam objectivos de coesão territorial e social.

(b) promover uma aplicação regionalmente integrada dos instrumentos das políticas públicas, assente nos seguintes pressupostos

- clarificação e enriquecimento das atribuições e competências dos organismos desconcentrados da Administração Pública, num contexto de **gradual autonomia administrativa e financeira**;
- adopção de dispositivos de cooperação institucional nos diversos domínios da programação das intervenções sectoriais desconcentradas, através da utilização de um **Conselho Coordenador Regional**, funcionando por áreas **especializadas (sócio-cultural, territorial, económica)**, traduzindo uma lógica de concertação que envolva serviços desconcentrados dos Ministérios abrangidos e os actores regionais;



- as Unidades de Gestão correspondentes a estas áreas deverão incluir na sua composição **representantes dos interesses autárquicos, empresariais e sociais**;
- atribuição de **responsabilidades aos actores regionais** (Associações empresariais, AMAL e Associações de desenvolvimento) na promoção, gestão e implementação de acções programadas;
- concepção de instrumentos de monitorização que assegurem informação actualizada sobre a generalidade dos investimentos públicos em curso de execução e programados, apoiando a tomada de decisão das diferentes entidades regionais,

públicas e associativas; esta função será desenvolvida através de um **Observatório Regional**;

- estruturação das **funções de acompanhamento dos projectos** criando limiares de recursos técnicos e humanos susceptíveis de qualificar esta função e autonomizá-la gradualmente das funções de promoção e gestão (valorizando eventualmente as funções dos Gabinetes de Apoio Técnico);
- no tocante à atribuição de responsabilidades aos actores regionais deve dar-se continuidade ao processo de **contratualização da gestão** de um conjunto de projectos de âmbito municipal com a Associação de Municípios, envolvendo na sua gestão o organismo de Coordenação Regional. Esta contratualização deverá ser efectuada mediante a negociação de um programa de acção subordinado à estratégia regional e à necessidade de garantir equilíbrios territoriais na aplicação da mesma, o que implica taxas de co-financiamento diferenciadas, definidas em função de prioridades regionais.

(c) racionalizar as intervenções sobre o território, assente nos seguintes pressupostos:

- articulação dos instrumentos de planeamento e ordenamento urbano em vigor por forma a assegurar um quadro conceptual de intervenção que, simultaneamente, viabilize a concertação de actuações entre os principais actores urbanos e o desenvolvimento de medidas e acções que se projectam na requalificação do espaço urbano; esta articulação deve operar igualmente em domínios de carácter macro-sectorial no tocante, p.e., à revisão e concertação de instrumentos em vigor e de procedimentos de aplicação nos domínios do ambiente, e da preservação dos recursos naturais;
- reformulação dos instrumentos de gestão municipal, nomeadamente em matéria de dispositivos de apoio à actuação intermunicipal, no plano financeiro (assegurando o financiamento de entidades supramunicipais, via participações mais elevadas ou linhas de crédito próprias) e no plano da capacitação técnica e humana dos organismos municipais e intermunicipais, de modo a que assegurem as suas atribuições e competências com meios técnicos autónomos.

(d) concretizar intervenções integradas de desenvolvimento, assentes nos seguintes pressupostos:

- Aplicação de mecanismos de articulação entre instrumentos e recursos disponíveis e a disponibilizar, na base de parcerias com agentes locais e entidades com intervenção local;
- Desenvolvimento de estruturas de execução e gestão adequadas à natureza das intervenções integradas de base regional em torno do organismo de coordenação regional e dos serviços públicos regionais de emprego, agricultura e economia.